

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL
E TREZE.*****

____ Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida secretariada por João Fernando Barbosa Dias, e Ilda Maria Cardoso Valente, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria de Almeida Silveira Matos. ***

____ ORDEM DE TRABALHOS: ***

____ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.***

____ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27.02.2013;***

____ 2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.***

____ PERÍODO DA ORDEM DO DIA:***

____ PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.***

____ 1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***

____ 2. PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2012.***

____ 3. TERCEIRO E QUARTO RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.***

____ 4. AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO DA CÂMARA NA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. CONHECIMENTO.***

____ 5. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – JUNTA DE FREGUESIA DE RAIVA.

ADENDA AO PROTOCOLO INCIAL. APROVAÇÃO.***

____ 6. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – CONHECIMENTO.***

____ PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.***

____ Presentes os membros: Abel Duarte Barbosa, António Costa e Cunha, Alfredo Trindade da Rocha, António Filipe Moura Fernandes, António Gouveia Coelho, Artur José Freitas de Sousa, Carlos Alberto Carmo Teixeira, Daniel António Correia Mendes da Rocha, Giselda Martins Sousa Neves, António Silva Pinto, Joaquim Luís Vieira Martins, Jorge Humberto Castro Rocha Quintas, José António da Costa Moreira da Rocha, José António Santos Vilela, José Vieira Gonçalves, José Vieira Pinto, Luís Filipe Cardoso Valente, Manuel António Rocha Pereira, Manuel Duarte Mendes, Carlos Alberto Moreira Barbosa, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Cátia Cristina Gomes Rodrigues, João Vitorino Martins de Almeida Moreira, Manuel da Silva Moreira, Arlindo Manuel Silva Alves, Maria Augusta Rocha Correia, Joana Filipa Pinto da Cunha Ferreira.

____ Presentes da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara, Gonçalo Rocha, Vereadores: José Manuel Carvalho, António Rodrigues e Vanessa Pereira.

____ Pediu a suspensão do mandato o Membro António José António Silva Rocha, por cinco dias motivos profissionais.

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade da substituta Senhora Joana Filipa Pinto da Cunha Ferreira.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro António Pedro Maldonado Martins Carvalho por cinco dias motivos profissionais.***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituta Senhora Maria Augusta Rocha Correia.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro João Pedro Nogueira da Costa Campos por cinco dias por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor António Pinto Silva.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Maria de Lurdes Bessa de Sousa por cinco dias por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor Arlindo Manuel Silva Alves.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Maria da Graças Soares de Sousa por cinco dias por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor João Vitorino Martins de Almeida Moreira.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Gina Maria Silva Moreira, por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor Manuel da Silva Moreira.***

____ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:***

____ 1. -APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27.12.2012.***

____ Presente a acta da sessão ordinária de 27.02.2013 de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para referir que havia uma notação na Acta que dizia que "...pediu a suspensão de mandato o Membro António Gouveia Coelho por motivos profissionais...". Referiu que por princípio sempre esteve presente na Assembleia Municipal. Que tinha faltado a uma ou duas sessões, por impossibilidade de estar presente, mas que já tinha dito publicamente e mantinha que tinha entregado ao Partido Socialista a renúncia ao

mandato, para que usasse quando entendesse por bem, e como tinha ficado previsto quando aceitou fazer parte das Listas. Que não tinha a certeza se tinha comunicado que ia faltar e as razões porque faltava, até admitia que tivesse dito que faltava por motivos profissionais. Mas a questão que o levava a intervir tinha a ver com a repetição e o número de suspensões por motivos profissionais. Como Membro da Assembleia Municipal, sempre tinha referido que aquela indicação em princípio não podia servir como justificação, a não ser em casos muito excepcionais, em justificação da falta. Porque significava que quem vinha à Assembleia Municipal não tinha motivos profissionais para faltar. Os malandros, os que não tinham nada que fazer e ao reformados é que vinham à Assembleia Municipal. Que quando assumiam a responsabilidade de se candidatarem, tinham inerente a responsabilidade de comparecer e exercer o mandato. Que era co-responsável pela norma do regimento, da suspensão de mandato para se poderem substituir, era para permitir alguma rotação e para permitir que alguns membros da lista pudessem participar em sessões para as quais estivessem melhor preparados que os outros. A frequência com que pediam 5 dias por motivos profissionais, causava-lhe alguma urticária, porque por motivos profissionais, se calhar alguns dos que estavam presentes não estariam presentes. Referiu que não tinha a certeza se tinha requerido a suspensão do mandato, mas estava na acta. Que deveria ter informado que estava ausente por motivos profissionais. Que se insistissem muito, poderia dizer que não se opunha a que alguém ocupasse o seu lugar, mas pedir a suspensão de mandato por motivos profissionais achava que não tinha cobertura legal. Que tinham aquela obrigação e se banalizassem isto não era dignificante para a Assembleia Municipal. Que havia pessoas que estavam por motivos profissionais desde o início do mandato, e que isto não era sério. Referiu que gostava que a sua observação constasse na acta, e que se estava a praticar um abuso, uma má interpretação e um mau uso da norma que permitia a substituição, por razões ponderosas de substituir um membro por outro para haver rotação. Que havia membros na lista que não tinham sido eleitos, mas poderiam ter um bom contributo e boa competência a dar à Assembleia Municipal.***

___ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para referir que por

uma questão de princípio também não tinha estado presente na última Assembleia Municipal, mas justificou por escrito. Que lhe dava a ideia que havia uma prática que nem sempre traduzia a verdade dos fundamentos da não presença. O que tinha evocado era que faltava por razões pessoais, e o que constava na acta era por razões profissionais, que era apenas uma questão de rigor.***

Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com cinco abstenções do (3 do PS, 1 do CDS, 1 do PSD), e os votos a favor dos restantes membros aprovar a referida acta com a rectificação sugerida .***

2. - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.***

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado para referir que dava os parabéns à Câmara Municipal pela requalificação do edifício da antiga cadeia. Que ficou um posto de Turismo moderno, agradável e com funções diversas. E que era um grande orgulho. Que também queria agradecer, publicamente e em nome da Freguesia, aos proprietários dos edifícios contíguos e à restauração que foi feita pelos mesmos. As fachadas ficaram muito bonitas e os outros proprietários deveriam seguir o mesmo exemplo, porque era bom para a Freguesia. Que esperava que a requalificação da entrada da Vila, Bairro Social, a Quinta do Pinheiro, Mercado Municipal, Rua Emídio Navarro, Rua Jean Tyssen, toda a zona da Escola Secundária, avançasse o mais rápido possível para poderem chegar ao fim do mandato e estarem satisfeitos e orgulhosos pelo trabalho feito.***

Usou da palavra o Membro Dr^a. Fátima Strecht para se referir ao lixo que era deixado no fim das feiras quinzenais pelos feirantes. Que na última feira que antecedeu a Páscoa, verificou o estado lastimoso em que ficou o Parque da Feira, assim como as zonas contíguas. Referiu que os feirantes não faziam o uso correcto dos sacos que a Câmara Municipal fornecia e serem colocados nos caixotes. Que os feirantes diziam que a melhor feira era a da Páscoa, mas se tinha este lado bom, deveriam também de cumprir com algo que lhes é inerente à sua actividade. Referia-se concretamente ao uso correcto dos sacos que eram distribuídos pela Câmara Municipal para que não se visse no fim da feira

o triste espectáculo com que se deparou. Que lhe tinha custado ver os funcionários da Câmara Municipal durante a noite e já bastante tarde a recolher saco a saco, centenas deles, no Parque da Feira, nos jardins, em jardins particulares, em escadas e entradas de prédios, e como estava muito vento até no Mercado Municipal. Que apelava à Câmara Municipal para que se sensibilizasse os feirantes para que isto não voltasse a acontecer, porque os funcionários não eram obrigados, nem lhes competia andarem durante a noite a apanhar saco a saco como tinha visto, sob pena de terem de pagar qualquer multa. Por último louvou e deu os parabéns à Câmara Municipal pela plantação de novas árvores no parque da Feira, assim como a limpeza do Largo do Conde e da Estátua do Conde.***

_____ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Real para referir que quanto ao Boletim Informativo da Câmara Municipal dava os parabéns pela qualidade do mesmo, e lamentou o facto, e que no tempo de crise em que se vivia, e que se cortava em tudo, podiam ter sido um pouco mais modestos na elaboração do Boletim, porque estava com uma qualidade muito boa para o tempo em que estavam. Que sensibilizavam as Juntas de Freguesia porque não tinham dinheiro para colaborarem, e depois por muitos argumentos que tinham diziam que gastavam menos que os outros, mas estava à vista e estava naquele Boletim. Quanto ao Posto de Turismo, tinha ficado uma obra bonita, mas queria saber qual o horário de funcionamento, se estavam a prever alguma alteração, porque no domingo tinha passado lá e o Posto de Turismo estava encerrado. Na época de verão qual o funcionamento que iria ter? Os turistas vinham mais no fim de semana, e terem um espaço como aquele encerrado, onde estava representado um pouco de tudo de bom que havia no Concelho, e se não estivesse previsto a abertura ao fim de semana, deveriam pensar nisso. Referiu que queria pedir a colaboração da Câmara Municipal no sentido de taparem os buracos na Estrada de Pinheirô, porque há mais de um ano que colocaram a conduta de água, e os moradores estavam a ficar impacientes. Referiu que nas castanheiras recentemente fizeram um muro, a calçada tinha ficado bastante danificada, e tinha algumas queixas das pessoas que por lá passavam. Por último referiu-se à proposta de trabalho da DREN sobre o ordenamento escolar para o

próximo ano lectivo. Que tinha tido acesso a um documento e tinha ficado bastante preocupado quando a DREN mais uma vez, previa o encerramento de escolas e jardins de infância no Concelho. Que estava preocupado enquanto Presidente de Junta de Freguesia porque queriam fechar o Jardim de Infância do Adro em Real com cerca de 17 crianças, e transferi-las para o Jardim de Infância de Ladroeira. Que este era um exemplo da Freguesia de Real mas que havia o Jardim de Infância de Crava, a EB1 e o Jardim de Infância de Vila Verde, o Jardim de Infância de Oliveira do Arda, de S. Pedro e a EB1 e Jardim de Infância de Folgoso. Que sabia que ia haver um Conselho Municipal de Educação no final da Semana, e esperava que a proposta da DREN não fosse para a frente, porque de certeza absoluta nada de benéfico iria trazer para o Concelho de Castelo de Paiva o encerramento daqueles jardins de Infância e das EB1. Certamente que dentro daquelas propostas haveria algumas para as quais não haveria argumentos. Porque por exemplo na Freguesia de Real encerraram as Escolas de Gilde, de Chão da Carraçosa e da Mó, não tinha havido problemas porque não tinham tido argumentos para aqueles encerramentos. Mas havia dados que eram absurdos, como era o caso do Jardim de Infância do Adro que estava sediado na sede da Junta de Freguesia, não tinha qualquer custo com electricidade, com instalações, ou com água, e que os únicos custos que tinham eram com a professora e auxiliar. Que também não sabia onde tinham ido tirar os cinco minutos e os 13,6 KM do Adro à Ladroeira, quando tinham o Jardim de Infância em Nojões com boas condições e instalações. Referiu que eram propostas absurdas e que esperava que mais uma vez conseguissem sensibilizar para que estas ideias não fossem para a frente, e mais uma vez os paivenses saíssem prejudicados. Quanto a esta proposta gostava de saber qual era a opinião do Executivo e esperava sinceramente que no próximo Conselho Municipal da Educação saísse uma proposta que minimizasse os efeitos à comunidade Paivense.***

_____ Usou da palavra o Membro Prof^a. Giselda Neves para referir que dava uma palavra de apreço à inauguração do Centro de Interpretação da Cultura Local. Que tinha ficado um espaço moderno, agradável, polivalente, e era de louvar também terem escolhido para a inauguração

a exposição de fotografia do Professor José António Oliveira, com um tema aliciante e muito próprio, sobre o Ferreiro da Cêpa, para mostrar quão valioso eram algumas actividades desta terra. Que o espaço polivalente da parte de baixo que se esperava também uma requalificação, tinha sido interessante a ideia da loja dos produtos regionais, e o facto de estarem representadas todos os produtores de vinho, tinha sido uma óptima ideia. Esperava que a loja estivesse aberta ao público ao fim de semana, e dava uma ideia ao Executivo, pois havia jovens que recebiam bolsas de estudo, nomeadamente do ensino superior, porque não darem um pouco do seu tempo, mostrarem coisas bonitas que esta terra tinha, provavelmente até gostariam de falar com os turistas, e promoviam a sua terra. Quanto ao Posto de Turismo também esperava uma inovação. Referiu que a área social não tinha sido esquecida, e as pessoas de mais idade tinham um espaço digno que podiam ocupar. No dia da inauguração salientou o marco singelo com que a Autarquia resolveu brindar na comemoração dos 500 anos do Foral Manuelino, com elementos marcantes da actividade do Concelho, como foi o caso do barco rabelo, dos mineiros, e achava que era importante dar a conhecer tudo o que havia, e sobretudo mostrar aos forasteiros que tínhamos coisas interessantes. Referiu que quando há quatro anos abraçou o projecto e deu a cara nas listas que a faziam estar presente na Assembleia Municipal, acreditava que um Concelho pobre, em que às vezes falhavam várias coisas em áreas estruturantes, aspectos muito importantes, como o emprego, e a saúde, era com pequenos passos que se obtinham grandes resultados na educação, na cultura, no ambiente, e na área social. Que achava que estavam a ser dados esses passos, como ter sido ultimamente a procura de bem estar, e dar um ar urbano à Vila de Castelo de Paiva, que eram as animações com aquelas sessões de ginástica que tinham trazido largas dezenas de participantes ao largo da Vila. Que achava que era uma ideia bastante boa porque fazia com que as pessoas saíssem de casa, convivessem, e sobretudo com que houvesse benefícios para a saúde. Referiu que tinha sido aberto concurso para a 1^a. fase do projecto da Requalificação do Parque Urbano da Quinta do Pinheiro, que achava que iria ser um espaço extremamente interessante para as crianças, os jovens , idosos, e também para aquelas

actividades que se faziam no largo da Vila. Quanto ao Boletim Informativo, e contrariamente ao que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real tinha dito, considerava que a qualidade não tinha preço, e quando se fazia uma publicitação do que se tinha feito, e achava que era legitimo o Executivo fazê-lo. Que em quatro anos de mandato saíram dois boletins, e que no passado, tinham muito mais do que aquele número num mandato. Que mostrava o que se tinha feito, não era muito, mas as condições económicas locais, nacionais e internacionais, não eram as mais favoráveis, mas era bom que os paivenses soubessem o que se fazia no Concelho. Que se a crítica era apenas da alta qualidade deveria ser por outros motivos.***

_____ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para referir que já anteriormente tinha sugerido e defendido os orçamentos participativos. Como também se deveriam lembrar que do seu ponto de vista, as casas mortuárias deveriam ser prioritárias. Que o que tinha acontecido em Pedorido merecia ser realçado. A Casa Mortuária de Pedorido, era uma realidade, revelava bom gosto, bom enquadramento por estar junto da Igreja e do Cemitério, excelente estética, e gostava de sublinhar positivamente. Que dava os parabéns à população, à Junta de freguesia que liderou o processo, à paróquia, ao Senhor Padre Rafael, às empresas, banda dos Mineiros do Pejão, todas as pessoas e entidades que se envolveram neste projecto. Que foi o congregar de esforços de todas as pessoas e entidades que tinha permitido que a obra fosse concluída. Mas parecia-lhe que ainda havia dívidas por saldar. Que se tinha feito a obra, que teria de ser paga, estavam a fazer-se diligências nesse sentido, mas aquela forma de pensar e agir estava ultrapassada e errada. Que tinham de ter consciência que o pagamento das obras tinha que ser um aspecto fundamental e prioritário quando se avançava, e era aqui que entrava o orçamento participativo. Na sua perspectiva, se a Câmara Municipal liderasse o processo, em vez da Junta de Freguesia, se o coordenasse, se calhar era menos difícil obter junto das demais entidades uma colaboração porventura acrescida em relação àquilo que se obteve. Que no fundo os orçamentos participativos já estavam no terreno, e não era só naquela freguesia nem só naquele caso. Que achava que já era tempo pela sua importância, de os institucionalizar, de os acarinar, incentivar

e estimular. Que estava ali feita a demonstração, que valia a pena pensarem em avançar com este tipo de resposta aos problemas. Que todos sabiam que as Freguesias de Raiva e Paraíso também desejavam ter casas mortuárias. Por razões burocráticas ou outras, o que era facto é que Pedorido tinha ultrapassado com sucesso aquelas duas freguesias, e como tal estava de parabéns. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do Museu do Couto Mineiro do Pejão? E quanto às obras na Freguesia de Raiva, nomeadamente e em concreto Cruzeiro - Pereiro? E quanto ao Pereiro - Serradelo? Que lhe parecia que havia uma alternativa, de em vez de se avançar para aquela 2^a. fase, colocava-se tapete na ligação Serradelo - Carvalho Mau. Que não fazia sentido começarem, deixarem a meio o troço intermédio e passarem para o 3º. Que estava menos mal. Quanto a outras obras em curso na Freguesia de Raiva, gostaria de saber qual o ponto de situação da Curva das Poucochinhas? Quanto à Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, não sabia se iria avançar, mas se avançasse sugeria a quem de direito, que em vez da denominação da União das Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, se optasse por uma outra que fosse de encontro à verdade da situação, à história e ao passado daquelas freguesias, e que seria muito simples. Questionou, porque não Freguesia do Couto Mineiro do Pejão? Ou algo parecido, mas que traduzisse aquilo que era a realidade daquela zona. Por último referiu que deixava um sublinhado para a efeméride do 39º. Aniversário do 25 de Abril de 1974. Que de facto estavam mancos em relação ao 3º. D. Que democratizaram, descolonizaram, mas não desenvolveram. O Município comemorou nos termos que todos sabiam. Que a Profª. Giselda tinha feito uma intervenção muito interessante, que sublinhava e subscrevia sobretudo naquela parte em que referiu as obras de proximidade. Que achava que era por ali que passava o futuro do Município. Que se tinha falado no turismo e tinha anteriormente referido que era fundamental e estratégico para o sucesso do Concelho haver uma aposta séria, fundamentada em relação ao turismo. Que quando há dois anos tinha falado no turismo, achava que tinha sido mal entendido e interpretado em relação àquilo que era o turismo na sua opinião. Que a aposta no turismo era fundamental, mas teria de ser coordenada e não poderia

cingir-se à Quinta do Pinheiro. Que as outras freguesias também tinham de ser integrados e incluídos de modo a que se cativassem aqueles que nos visitavam. Não sabia se era um pouco preocupante, tornarem conhecimento da situação do Hotel recentemente inaugurado. Que tinham a esperança que viesse dinamizar e catapultar outros e eventuais possíveis investidores, mas que diziam que o Hotel tinha fechado ou feito uma pausa, e achava que se calhar as coisas não estavam a decorrer de uma forma tão bem sucedida quanto pensavam. Questionou, se viam no turismo, uma aposta estratégica, em termos de futuro? Se a Câmara Municipal honrasse os compromissos bancários que tinha, fizesse face às despesas correntes, o que ficava para investimento? Que a campanha eleitoral poderia ser interessante e estimulante, e quem aderisse à campanha eleitoral, deveria pugnar pela verdade, porque estava provado que valia a pena fazer política de forma séria, responsável, criteriosa, e não valia a pena andarem a enganar as pessoas, porque estas já estão cansadas de promessas que eram irrealizáveis. Que todos tinham que dar um passo no sentido de tornarem a Câmara Municipal de Castelo de Paiva uma pessoas pública de bem e cumpridora das suas obrigações. Que a Câmara Municipal tinha revelado uma lacuna porque poderia ter mostrado mais abertura à oposição durante o mandato. Porque a oposição também era credível, também tinha ideias, propostas, e que era através do dialogo que era possível chegar ao consenso e resolver os problemas.***

_____ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que estava muito satisfeito pelo que tinha ouvido do Membro Dr. Rocha Pereira quando disse que a política valia pela verdade, porque era o que tinha feito sempre, assim como a Câmara Municipal. Que fazia parte da Comissão de Saneamento, e felicitava os paivenses pelo arranque das obras do saneamento em alta em Fornos. Solicitou que o Senhor Presidente da Câmara desse um esclarecimento sobre o assunto que achava de extrema importância para o concelho. Que também felicitava a Câmara Municipal perla obra do Boialvo em Pedorido, que estava muito bonita, mas não tinha vista a placa, e não sabia porque não estava identificada. Felicitou também pelo arranjo no Lugar de Guirela. Que tinha a informação de que a obra da estrada de Pereiro – Serradelo já

tinha sido concluída e gostava de saber se era verdade. Que felicitava todas as freguesias que realizaram os eventos das Mostras Locais dos seus produtos conhecidos como Feiras do Vinho Verde, nomeadamente as Freguesias de Bairros, Real com excelentes produtos e vinhos, assim como a Freguesia de Paraíso no Lugar de Sabariz pela Mostra de Vinho em que tudo correu muito bem, e que era a maneira de promover e divulgar um produto de excelência e de extrema riqueza para o Concelho e de sobrevivência para os agricultores. Por último referiu-se ao 25 de Abril, felicitou a organização pelos festejos e pelas comemorações. Que mais do que nunca aquela data deveria ser lembrada, vivida e explicada. Que era importante que não se esquecesse o 25 de Abril. Que não poderia deixar de lamentar mais uma vez, porque julgava que todos os elementos da Assembleia Municipal tinham, sido convidados para estarem presentes, mas infelizmente foram poucos os que compareceram. Que os Membros da Assembleia Municipal quando aceitaram as funções deveriam estar presentes nestas cerimónias. Que tinha havido um desfile das associações, que tinha sido bastante participado e que mostravam que também eram agentes do turismo.***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura para referir que relativamente ao Polidesportivo de Greire, pensava que a Câmara Municipal tinha conhecimento, porque em 4 de Janeiro de 2005 foi feito um acordo com a Câmara Municipal, da cedência do lote 19, e com o compromisso de fazer a pavimentação de toda a área do loteamento, assim como os passeios. Que a Câmara Municipal tinha pavimentado toda a zona do loteamento, mas os passeios não. Gostava de saber se a Câmara Municipal iria honrar aquele compromisso assumido? Quanto à cedência da área para a colocação dos depósitos de água em S. Gens a Junta de Freguesia de Sardoura cedeu uma área de 700mt, com o compromisso da Câmara Municipal colocar na zona de lazer em S. Gens 1.000mt de terra vegetal, e que até àquela data a Câmara Municipal não o tinha cumprido. Que gostava de saber se ainda ia cumprir os compromissos assumidos pela Câmara Municipal? Porque a Junta de Freguesia estava desiludida porque tinha cedido áreas e não tinha tido contrapartidas nenhuma. Que em Fevereiro tinha enviado um ofício à Câmara Municipal sobre o muro em Pedregal que

estava a cair, e gostava de saber se iam fazer alguma intervenção. Que tinha a informação que tinham posto resguardos na Ponte de Pedregal, mas não era verdade, e questionou se havia intenção de o fazer.***

_____ Usou da palavra o membro Dr. Gouveia Coelho para referir que as casas mortuárias eram uma questão pertinente, mas queria colocar à reflexão e consideração de todos, a questão que tinha a ver com a gestão dos cemitérios, relacionada com a cremação. Que não se tratava de fazer em Castelo de Paiva um forno crematório, mas achava que era tempo de reflectir sobre esta matéria, porque nas zonas mais urbanas era cada vez maior as opções pela cremação. Que não se tratava de fazer um forno crematório devido ao elevado volume de investimento, mas havia um forno nas proximidades do Distrito de Aveiro, que estavam perto do Porto, que podiam equacionar a questão e quem quisesse optar deveria saber como poderia fazer com aqueles equipamentos instalados. Quanto à guarda das cinzas, os cemitérios deveriam pensar seriamente nesta situação. Que era um tema novo que colocava à consideração e poderia reflectir melhor sobre ele. Quanto à referência do Dr. Rocha Pereira sobre a União das Freguesias, todos sabiam a sua opinião pública. Que a organização administrativa não era imutável, mas era inaceitável pela maneira atabalhoada como tinha sido feita. Que em vez de estarem preocupados em avançar com nomes, deveriam era admitir que se não estavam de acordo, a situação haveria de mudar um dia e iria ser tudo reequacionado. Na sua opinião o que tinha sido feito não se fazia às freguesias que tiveram o atestado de óbito e que foram obrigadas a conglomerar-se com outras, sem a discussão das populações. Que isto só era válido com a adesão das populações e para melhorar serviços, não para fazerem a patifaria que foi feita. Que se não fosse reversível para ser tudo reequacionado, obviamente que não fazia sentido chamar de União das Freguesias de, de e de. Que haverá maior imaginação para pôr as populações de acordo e entusiasmadas com a nova reorganização administrativa. Quanto à questão da falta de comparência dos membros da Assembleia Municipal, chamou a atenção que recebia convites por e-mail, da Câmara Municipal mas nunca tinham anexos nenhum. Por último referiu que amanhã seria o dia da festa do trabalhador e ficava bem à Assembleia Municipal uma saudação a todos aqueles que ao

longo da história, deram a sua vida, o seu esforço, a sua militância pela dignificação do trabalho, pela realização humana das pessoas no trabalho e pelos seus direitos. Que naquele momento em Portugal justifica-se que se olhasse para o trabalhador e para o trabalho com algum arrepião na pele. Porque também o que se estava a fazer não se fazia. Para quem estava no activo a trabalhar, e para quem trabalhou, capitalizou para a reforma, o que estava a ser feito era um roubo, era uma indignidade e não tinham vivido este tempo todo para chegarem a 2013 com esta afronta e desumanidade, e obrigarem a começar tudo de novo. Que o que se estava a fazer em Portugal ao trabalho, ao trabalhador, à dignificação de quem trabalha, aos direitos, aos reformados, era uma indignidade. Que era preciso que os políticos tivessem tento na língua, não deveriam ofender por serem velhos, ou darem a ideia que eram um peso que deveriam morrer porque estavam a dar cabo das contas deles. Referiu, viva o trabalhador, viva a festa do trabalho e se fosse preciso, recomeçariam de novo as lutas para reporem isto nos sítios. O que se estava a passar em Portugal e não só, tinha que mudar, não era este o rumo e tinham de descobrir novos caminhos. Que era bom que esta Assembleia Municipal consignasse em acta uma espécie de acordo, uma saudação a todos os trabalhadores Portugueses, aos Paivenses e particularmente àqueles que sofriam por não terem trabalho. Que havia desempregados explorados e a trabalhar gratuitamente, isto era escravatura, e não se fazia. Aqueles que tinham melhor nível de vida, não era possível que dormissem descansados com estas situações ao seu lado. Que não estava tudo perdido, os direitos tinham sido conquistados com muita luta, com muito vigor e se fosse possível tinham de recomeçar. Propôs à Assembleia Municipal que consignasse em acta um voto de saudação e solidariedade com todos os trabalhadores, desempregados, reformados de Castelo de Paiva, de Portugal, do sul da Europa e do Mundo inteiro para celebrarem o dia da Festa do Trabalho.***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para referir que tinha ouvido com atenção todas as intervenções que foram feitas, que estava de acordo com as palavras do Dr. Gouveia Coelho, sobre os desempregados, dos reformados, dos pensionistas de Castelo de Paiva,

de Portugal e do mundo inteiro. Que estava preocupado e lamentava o que se estava a passar em Portugal, em toda a Europa e sobretudo no sul da Europa, e tinham a sua solidariedade activa. Congratulou-se com as palavras da Profª. Giselda que deu os parabéns ao Município pelas coisas boas que estavam a fazer, assim como a boa intervenção do Dr. Rocha Pereira. Mas havia uma referência que não tinha sido feita, que era a formação da Cooperativa, entre duas Associações IPSS's, o Centro Social do Couto Mineiro do Pejão e o Centro Social de Santa Maria de Sardoura, Que se tinham unido, congregaram esforços, formaram uma cooperativa e tomaram conta do Hotel Rural Casas de S. Pedro. Que estavam a dar os primeiros passos na gestão do Hotel, mas não só. Já tinha tido a oportunidade de visitar as obras que estavam a decorrer, já tinham um Centro de Formação plenamente remodelado, com muitas salas de formação. Que tinham projectos para as áreas de lazer, projectos de apoio aos deficientes, aos idosos e de dinamização do Hotel Rural Casa de S. Pedro. Que como era óbvio tinham sido criados postos de trabalho que se tinham perdido, e era mais uma pequena média empresa que abriu no Concelho para contra-balançar aquelas que estão a encerrar por esse País fora. Que apelava ao Executivo Camarário, à Assembleia Municipal, e ao Senhor Presidente da Câmara que nunca deu a mão para apoiar estas IPSS's. Deveria fazê-lo porque o futuro do Concelho passava pelas IPSS's. Já eram muitas que estavam a trabalhar no Concelho, a Santa Casa da Misericórdia, Centro Social do Couto Mineiro do Pejão, Centro Social de Sardoura, Os Cucos em Bairros, A ARPIP em Pedorido, e muitas outras no Concelho, que são pequenas e médias empresas, que empregam centenas de trabalhadores, e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal nunca deu a mão para apoiar aquelas IPSS's. Que apelava a todos os Membros da Assembleia Municipal, que através dos seus conhecimentos, divulgassem o Hotel Rural Casa de S. Pedro, porque estava a ser gerido por pessoas de confiança e que eram do Concelho, e como tal deveriam apoiar estas iniciativas. Que era um exemplo que estava a ser dado não só em Castelo de Paiva, mas a nível do País. Que era nestas áreas que Portugal tinha futuro e deveriam apostar nestas iniciativas, Que dava os parabéns ao Centro Social do Couto Mineiro do Pejão, ao Centro Social de Santa

Maria de Sardoura, e apelava à Câmara Municipal, ao Executivo Camarário, que sempre que pudessem apoiassem activamente estas Instituições, porque criavam postos de trabalho e mereciam o apoio de todos.***

— Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões que lhe foram colocadas e começou por referir-se às palavras elogiosas do Senhor Presidente da Freguesia de Sobrado relativamente à obra do Centro de Interpretação da Cultura Local, face às variáveis que tinha e dos equipamentos que já estavam a funcionar e outros que iriam entrar em funcionamento a curto prazo. Que era uma obra que orgulhava a todos, quer pela requalificação do edifício, quer em função dos serviços e das apostas que fizeram naquele espaço. Que tinha uma sala um auditório, que iria ter múltiplas funcionalidades e estaria ao serviço da população, das colectividades e entidades que o quisessem utilizar. Que teriam um conjunto de exposições que poderiam desenvolver ao longo dos tempos, de forma a poder proporcionar oportunidades não só àqueles que se dedicavam às inúmeras artes que tinham. Que a primeira exposição que tinham feito era sobre o ferreiro da Cêpa, tinha sido excelente e de grande qualidade, levada a cabo pelo Prof. José António Oliveira. Que a futura Loja de Turismo iria ser implementada a curto prazo, era uma iniciativa em paralelo com a entidade do Turismo do Porto e Norte de Portugal. Que era uma loja que tinha um conceito de modernidade, acessível em todo o mundo, e que era muito importante que qualquer pessoa em qualquer local, pudesse ter acesso aos produtos que existiam em Castelo de Paiva. Que havia um conjunto vastíssimo de informações que serão disponibilizadas em tempo real. Que tinham a sala de vinhos, era uma aposta que tinham feito e era uma forma de colocar à disposição dos visitantes um conjunto de vinhos existentes no Concelho encaminhando-os para as Quintas respectivas para adquirirem a quantidade que quisessem. Que tinham conciliado um espaço para as pessoas de mais idade terem um local de lazer e convívio como acontecia anteriormente. Que era uma obra bonita que tinha surgido em paralelo com um conjunto de requalificações à volta. Que outras obras se perspectivavam a curto prazo, nomeadamente o edifício ao lado da Farmácia, que era um edifício com uma beleza

extraordinária e que a curto prazo esperava que fosse intervencionado. Que começavam a ter uma face nova na Vila, e com estas intervenções iriam ter uma qualidade melhor e iriam orgulhar-se. Que era uma aposta que o Município queria continuar a fazer juntamente com os privados para que a Vila ficasse mais bonita e agradável. Quanto ao funcionamento do edifício estavam a preparar em conjunto com os serviços da Câmara e os funcionários, no sentido de manterem a Loja em funcionamento permanente de forma a que estivesse acessível a todos os visitantes, porque não fazia sentido que o Posto de Turismo estivesse encerrado ao fim de semana na altura do verão. Que a Profª. Giselda tinha dado uma sugestão interessante, no âmbito da atribuição de bolsas aos alunos, estavam estipulados alguns deveres dos beneficiários. E poderia ser de facto uma das indicações a serem dadas para ocupar os jovens nas horas que tinham de disponibilizar à Câmara Municipal. Quanto às outras intervenções estavam em marcha, tinham lançado um conjunto de projectos e de iniciativas para investimento a curto prazo. Tinham a 1^a. fase da Quinta do Pinheiro que iria surgir muito em breve. O Parque Urbano da Quinta do Pinheiro era um velho sonho dos Paivenses, porque ainda não tinham um espaço condigno para receber os visitantes ou quem quisesse trazer a sua merenda, e sobretudo iriam ter um espaço que seria disponibilizado para as famílias de Castelo de Paiva poderem usufruir e terem horas de lazer muito agradáveis. O espaço irá contemplar um parque de merendas, um parque infantil, uma zona de esplanada e bar de apoio, e um espaço para uma pequena horta ou estufa que terá uma função educativa relevante. O percurso pedonal e de ciclovía também iria existir nesta 1^a. fase. Numa 2^a. fase iriam ter uma piscina ao ar livre com dois tanques, um para crianças e outro para adultos. Posteriormente iriam requalificar a parte alta da Quinta onde estava o lago, e teriam também percursos pedonais internos de acesso a todos os locais da Quinta do Pinheiro. Que a intervenção global rondava os 700 mil euros, mas a 1^a. fase custaria aos cofres do Município cerca de 240 mil euros. Que era uma intervenção que dentro de um ou dois meses iria avançar e esperava que num curto espaço de tempo estivesse concretizada, e que ainda durante o verão estivesse ao serviço da população porque era um dos grandes objectivos do Executivo para que

a população de Castelo de Paiva tivesse um espaço de lazer condigno e moderno. Que também iam avançar com a requalificação da Rua Ribeiro Chaves junto ao Bairro Social da Vila, com a colocação de pavimentação nova na zona que estava em terra batida, com previsão de investimento em cerca de 120 mil euros. Que também, iriam fazer uma intervenção no princípio do verão para a Rua Strecht de Vasconcelos em frente à Escola Secundária. Que também estava previsto o arranque da entrada da Vila junto à Casa do Povo. Que seria uma intervenção no âmbito do projecto da Rota do Românico, que terá uma requalificação de todo o arruamento e de todo o embelezamento da zona envolvente ao Monumento do Marmoiral, e era um investimento que rondava os 570 mil euros. Que também iam avançar com a intervenção do Mercado Municipal, que rondava os 150 mil euros, que iria dar uma imagem nova do Mercado, teria um conjunto de funcionalidades totalmente novas que iriam dar um apoio importante aos produtos regionais e seria uma mais valia para a Feira Agrícola. Que poderiam dizer que todo este conjunto de intervenções, tinham a ver com questões eleitorais, mas tinham a ver com o esforço que tinham feito ao longo de três anos e meio, da redução da dívida da Câmara Municipal em cerca de 3,5 milhões de euros, e que naquele momento permitia-lhe ter liquidez e disponibilidade para avançar com estes investimentos. Que se não tivessem feito aquele esforço de redução da dívida, não tinham condições de libertar fundos para fazer os investimentos no Concelho. Se não tivessem feito aquele caminho, e se tivessem ido ao Programa de Apoio que tinha sido colocado à disposição das Autarquias que estavam com dívidas, estariam naquele momento a colocar todos os impostos na taxa máxima, nomeadamente o IMI. Que tinha conseguido evitar isso, e achava que tinha sido uma boa medida. Que paralelamente a isso tinham avançado com um conjunto de investimentos de proximidade na ordem dos 700 mil euros, distribuídos por todas as Freguesias, que estavam a ser desenvolvidos e a responder a muitas das necessidades e expectativas que tinham sido colocadas pelas Juntas de Freguesia. Que era um investimento que já estava em curso, tinham começado em Fornos, tinham estado no Paraíso, tinham terminado a 1^a. fase da Estrada do Pereiro, iriam avançar em Pedorido no Bairro de S. José. Que tinham um

conjunto de intervenções importantes, gostariam de fazer muito mais, mas tinham de procurar manter o rumo equilibrado de forma a não provocarem qualquer destabilização da situação financeira da Câmara Municipal. Quanto à intervenção da Dr^a. Fátima Strecht sobre a questão da Feira Quinzenal, a Câmara Municipal disponibilizava os sacos para todos os feirantes para que no final da feira colocassem o lixo, mas era uma situação desagradável e precisava de ser trabalhada. Que tinham feito uma plantação de árvores no parque da feira, a limpeza do Largo do Conde assim como a regularização dos passeios. Quanto ao comentário feito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real, sobre o Boletim Municipal, era o segundo deste mandato, tinha boa qualidade, achava que estava com uma imagem interessante, e tinha reduzido o valor relativamente ao anterior boletim. Referiu que era uma forma muito modesta de procurar dar informação aos Paivenses com equidade. Quanto à estrada de Pinheirô, iriam fazer brevemente a intervenção que tinha referido, mas o tempo com chuva intensa que se tinha feito sentir não permitiu nenhuma realização, mas estavam a recuperar o tempo perdido e estavam a fazer intervenções que eram importantes não só na pavimentação assim como na recolocação dos paralelos junto ao muro que permitiu o alargamento na estrada junto às Castanheiras. Quanto à questão da reorganização da rede escolar, a proposta que tinha sido apresentada pela DREN estava a ser discutida e tinha feito uma contraproposta de imediato, procuravam salvaguardar o funcionamento de todos os jardins de infância e de quase todas as escolas do 1º Ciclo do Concelho. Que estavam numa base negocial e esperava que conseguisse alcançar o objectivo que era manter a rede actualmente existente. Mas era uma questão difícil de segurar porque havia uma questão de fundo e de base, que era o número de alunos, porque quando não existiam alunos era evidente que as escolas não tivessem condições para continuarem a funcionar. Quanto à belíssima intervenção da Prof^a. Giselda tinha gostado muito. Quanto à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado sobre a questão do Monumento do Foral, achava que era singelo, mas que conferia dignidade ao acto que tinha praticado, e era uma imagem muito forte daquilo que era a realidade e a identidade de Castelo de Paiva. Quanto à

intervenção do Dr. Rocha Pereira e quanto à questão dos orçamentos participativos, parecia-lhe uma ideia interessante sob o ponto de vista político, e que no fundo tinham feito um pouco aquele exercício do orçamento participativo que era ouvir as Juntas de Freguesia, os movimentos associativos e as forças vivas do Concelho. Que julgava que o caminho que seguiam estava a ir ao encontro das expectativas que tinham colocado. Que tinham sido claros desde a primeira hora, tinham de conferir um rumo às contas municipais e a partir daí abririam um caminho aos investimentos que achassem importante para o Concelho. Quanto à questão da casa mortuária da Freguesia de Pedorido, felicitou a Junta de Freguesia e o seu Presidente que tinha sido o grande mentor do avanço daquela iniciativa. Que era uma necessidade que a Freguesia tinha, era um equipamento importante, e tinha conseguido avançar com toda a energia com a paróquia da Freguesia, com a população e também com várias entidades que participaram, entre as quais a Câmara Municipal que tinha ajudado no desenvolvimento deste projecto. Que ainda havia valores a pagar, mas julgava que o caminho que estava a ser seguido era de responsabilidade e iria garantir o cumprimento do pagamento daquele equipamento. Que em termos da Câmara Municipal a liderar aqueles projectos não tinha sido essa a prática realizada. Que tinha dado apoio às várias freguesias que o solicitavam e que dentro deste princípio não se iriam desviar porque aqueles projectos estavam reservados às Juntas de Freguesia e às comissões fabriqueiras. Quanto à questão do Museu do Couto Mineiro do Pejão, era uma ideia interessante que não estava esquecido, mas o projecto inicial previa um valor muito significativo de investimento, e só teria uma participação de 30%. Era um investimento que em termos de sustentabilidade para o Município era inviável. Que teriam de pensar numa escala menor para terem condições para poderem concretizar. Quanto ao Plano Director Municipal iriam avançar brevemente com aquele processo, porque o anterior não reunia condições para poder ser implementada a sua revisão. Quanto à estrada do Cruzeiro-Pereiro, a primeira fase tinha sido concluída. Que na segunda fase iriam fazer alguns ajustamentos e alargamento na via, Que era uma obra que estava muito bem executada e agradeceu a todos os proprietários que

disponibilizaram e permitiram o alargamento da via de forma graciosa e era muito importante em termos de investimento público. Que brevemente iriam fazer a requalificação de toda a via de Serradelo, desde o Largo de Serradelo até Carvalho Mau. Que a intervenção que tinha sido feito, estava mal feita e a via estava quase intransitável, em péssimo estado, e como tal iria ser requalificada em toda a sua extensão. Quanto à Rua das Poucochinhas, já estava em obra, era um anseio da população da Freguesia da Raiva, iria permitir melhor segurança, visibilidade, e circulação daquela via, e tinha sido resultado de uma expropriação. Quanto à questão da União das Freguesias, era uma decisão, em termos de alteração do nome, teria de ser feita pelas Assembleias de Freguesia caso se viesse a concretizar. Quanto à questão do 25 de Abril e do 39º Aniversário, discordava do terceiro “D”, porque achava que tinha havido desenvolvimento. Que nesta matéria deveriam enaltecer o poder autárquico, o poder local que tinham desenvolvido um belíssimo trabalho ao longo dos anos de democracia. Que discordava totalmente quando diziam que não havia desenvolvimento, e seria uma manifesta ingratidão e falta de reconhecimento pelo trabalho que muita gente desenvolveu ao longo dos 39 anos. Sobre a questão do turismo não concordava com o que tinha dito, porque achava que estavam a dar passos que podiam ainda não ser muito significativos, mas estavam a ser dados. Que não era a questão do edifício em si porque o mesmo só teria interesse se tivesse funcionalidade. Que era um equipamento importante para a projecção e dinamização turística. Mas que estavam a agarrar oportunidades e tinham outros investimentos em vista, como a Quinta do Pinheiro, assim como a requalificação do Cais do Castelo, e esperava que o Governo voltasse atrás e retomasse o investimento, e recentemente tinha recebido um esboço daquilo que poderia vir a ser um investimento importante para o Concelho que era a requalificação do Choupal em Pedorido, que era uma zona frequentado no verão por milhares de pessoas. Que já tinha um esboço do que queriam implementar, mas como era evidente não seria a curto prazo, mas esperava que dentro de algum tempo tivesse condições para desenvolver implementar e concretizá-lo. Quanto à questão do Saneamento, iriam ter a apresentação do Projectivo de Saneamento em Alta, e aproveitou para convidar todos

os presentes para a cerimónia. Que seria um investimento na ordem dos 2,9 milhões de euros, e contemplaria a construção de uma ETAR de raiz em Fornos, a construção de 2km de interceptores, a construção de duas estações elevatórias e de três estações de tratamentos, e que depois ainda teriam a construção das ETAR's de Pedorido e em Sardoura. Que era uma realidade o Saneamento em alta no Concelho, já estava em obra, e seria uma realidade a curto prazo. Quanto à questão da obra do Boialvo estava praticamente concluída, faltava apenas o mobiliário. Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura, e quanto ao Polidesportivo de Greire, desconhecia o protocolo ou o documento que tinha sido referido, e pediu que fizesse o pedido por escrito à Câmara Municipal para que pudesse perceber o que estava em causa. Quanto à questão da terra vegetal também desconhecia por completo o que estava em causa. O que lhe podia dizer era que no âmbito da candidatura que tinha sido submetida à ADRIMAG estava prevista uma grande de deslocação de terra daquele local, e que até tinha achado exagerado para o tipo de intervenção que tinha sido feito. Quanto à questão do muro de Pedregal era uma situação que estava sinalizada e iriam intervir. Quanto ao dia do trabalhador, achava que deveria ser intensamente comemorado, e sobretudo defender os direitos dos trabalhadores que tinham sido atacados nos últimos tempos. Quanto à intervenção do Dr. Lopes de Almeida, também felicitou a nova cooperativa, e da parte da Câmara Municipal estaria disponível para colaborar dentro das suas possibilidades. Que também tinham feito o acompanhamento daquele processo e também tinham disponibilizado todo o apoio ao nível dos protocolos que tinham estabelecido com todas as IPSS's do Concelho. Por último referiu-se ao falecimento do Senhor António Nunes. Que tinha sido um autarca do Concelho, foi Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado, Membro da Assembleia Municipal, e tinha feito parte de várias instituições. Que a Assembleia Municipal deveria apresentar um voto de pesar para apresentar à família. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa, agradeceu, e colocou à votação da Assembleia Municipal um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Nunes que muito dignificou a actividade de autarca, na defesa dos interesses da população da Freguesia de Sobrado e do Concelho de

Castelo de Paiva.***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Voto de Pesar, e que o mesmo fosse transmitido à família.***

____ O Senhor Presidente da Mesa leu o voto de Saudação e Solidariedade apresentado pelo Membro Dr. Gouveia Coelho do seguinte teor: “*Voto de Saudação e Solidariedade. – “A Assembleia Municipal reunida na véspera do 1º. de Maio de 2013, tendo presente a difícil situação dos reformados, dos desempregados e também a perda de direitos e a insegurança crescente dos trabalhadores no activo, manifesta a sua solidariedade e a todos saúda, aderindo ao sentido e objectivo da Festa do Dia do Trabalhador, que amanhã ocorrerá.”****

____ Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o voto de Saudação e Solidariedade.***

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:*****PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.*****

____ Interveio o Senhor José Teixeira, da Freguesia de Paraíso, para referir que como Presidente da Associação Cultural de Sabariz, agradecia a todos os Paivenses que passaram pelas X Prova da Mostra de Vinhos no Lugar de Sabariz, na Freguesia de Paraíso. Que também, agradecia à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Paraíso pelos apoios prestados ao longo dos anos às actividades desenvolvidas por aquela associação. Que como membro da APPACDM sediada em Castelo de Paiva, agradecia a todos os Paivenses e entidades que estiveram presentes no dia 20 de Abril numa festa de solidariedade no salão dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva. Que também agradecia aos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva a cedência das instalações. Mas nem tudo tinha corrido bem naquele evento, porque todos deveriam ser solidários com as instituições públicas. Que durante a festa, e quando chegou a altura da realização de um sorteio, subiu ao palco uma pessoa que tem por seu nome Norberto Moreira. Que aquela pessoa, era uma pessoa normal, que até ele poderia ter sido chamado ou outra pessoa presente, mas que se calhar ficava mais bonito se chamassem o Presidente dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva. Que tinha sido reparado por algumas pessoas que naquele momento o Senhor Presidente dos Bombeiros Voluntários se tinha

ausentado. Que quando o Senhor Norberto Moreira subiu ao palco, na sua opinião, aquele acto não tinha nada a ver com solidariedade mas sim com actos políticos e que não se deveriam usar no futuro estes actos de campanha política.***

____1.-APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***

____Presente o ofício 1981 de 19.04.2013, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 19 de Abril de 2013, acompanhada da relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores que é nessa data de 753.589,48 (setecentos e cinquenta e três mil quinhentos e oitenta e nove euros e quarenta e oito cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 18.04.2013, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 2.157.146,36 (dois milhões cento e cinquenta e sete mil cento e quarenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.

____Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Real para referir que na parte de prestação de serviços e cedências de materiais estava referido “...montagem e desmontagem de toda a logística relativa à Mostra de Vinhos e Produtos Rurais da Freguesia de Real...”, e que achava que tinha havido um erro na elaboração do documento, porque a ajuda da Câmara Municipal era preciosa mas, não era nem de perto nem de longe, toda a logística relativa à Mostra de Vinho, e que gostava que fosse corrigida aquela parte da informação.***

____Usou da palavra o Membro Prof. Daniel para referir que valia a pena realçar algumas intervenções que já tinham sido feitas. Que o Membro Jorge Quintas referiu-se à disponibilidade dos Membros da Assembleia Municipal, e que achava que nas próximas listas que se iriam organizar deveriam ter em consideração a disponibilidades dos Membros. Que se tinha sentido triste, por não ter podido estar presente em Castelo de Paiva, nas comemorações do 25 de Abril, e como tal comungava das palavras do Membro Jorge Quintas. Quanto ao dia 1 de Maio, e pelas notícias que tinha visto, ficou a saber que a principal

receita do Estado recaia sobre o trabalho. Que se havia dúvidas de se festejar aquele dia, achava que estavam esclarecidos e só poderiam festejar de forma digna. Quanto à questão do Plano de Urbanização tinha entendido que houve uma reunião com a CCDRN, e questionou como estava aquele processo? Que constava na informação que houve uma reunião com o Comité de Pilotagem da Agenda de Empregabilidade, e gostava de saber o que tinha constado na referida reunião, e se poderiam adiantar mais alguma coisa sobre a questão do emprego no Concelho. Por último referiu que quanto ao turismo, e quanto ao símbolo que tinha sido feito nas comemorações do Foral de Castelo de Paiva, era significativo mas que havia um emblema em Castelo de Paiva que não se podia esquecer que movimentava muitas pessoas, muito dinheiro em Castelo de Paiva, que era a Academia de Música de Castelo de Paiva. Que desafiava os partidos políticos que se iriam apresentar brevemente a eleições, previssem nos seus programas a melhoria das condições da Academia de Música de Castelo de Paiva, e se calhar, tivessem alguma dinamização do concelho a nível turístico que passasse pela música, porque de facto havia condições humanas e científicas para que a nível nacional fossem capazes de se imporem.***

_____ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Fornos para referir que gostava de ser esclarecido, do que se tinha tratado na reunião que tinha tido com o Instituto Portuário e Transportes Marítimos em relação ao Cais do Castelo. Que na sessão anterior da Assembleia Municipal tinha solicitado toda a documentação que tinha sido trocada entre a Câmara Municipal e os Instituto Portuário e ainda não lhe tinha chegado nada. Aproveitava para felicitar a Câmara Municipal pela requalificação do edifício da antiga cadeia e pela forma como promoveu a Freguesia de Fornos, desde a exposição fotográfica até às belíssimas fotografias da Ilha do Castelo e da zona envolvente. Mas era pena que depois na prática as coisas não se fizessem. Que era muito bonito terem fotografias, mas depois quando chegavam ao local e tivessem uma dor de barriga, tinham as casas de banho fechadas. Que aquela zona não era só para ser vista no verão, mas sim para todo o ano. Que lamentava profundamente que na actividade da Câmara Municipal não constasse nenhuma qualificação ou limpeza, até mesmo da piscina que estava ao

abandono o ano inteiro. Que era triste que estivessem a projectar um espaço para caminhadas na Quinta do Pinheiro, quando tinham em Fornos um campo disponível para as crianças e para as pessoas usufruírem, e tinham colocado lá um portão e loquetes e ninguém tinha acesso àquele local. Que gostava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe fizesse chegar a proposta que tinha feito à Junta de Freguesia para tomar conta das casas de banho. Que na reunião de Câmara Municipal tinha dito que tinha feito uma proposta à Junta de Freguesia, mas que não se tinha chegado a acordo, como tal gostava de saber qual era a proposta porque não a tinha.***

_____ Usou da palavra o Presidente da Junta de freguesia de Sardoura para referir que constava na actividade da Câmara Municipal que tinham tido uma reunião com a Direcção do Moto Clube Paivense, e gostava de saber do que se tinha tratado, porque o referido Clube estava a realizar provas na pista de Sardoura. Que também constava, que tinham tido uma reunião com a Direcção da Associação das Famílias das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios, e gostaria de saber do que se tinha tratado. Que teria ficado muito satisfeito se tivessem tratado daquilo que já há muito tempo falava, que eram as casas de banho junto ao Anjo.***

_____ Usou da palavra o Membro José Vieira Gonçalves para referir que deveria dar um esclarecimento a todos, porque nas redes sociais e jornais falavam sobre o “marrasmo” da ponte antiga de Pedorido. Mas o que se passava era que, na actividade referiam “conclusão da construção do muro entre pontes”, que a Câmara Municipal fazia o que podia, e poderiam dizer que era entre pontes, mas não arranjavam a Ponte centenária. Que a questão da ponte iria ser difícil de resolver, porque aquando da queda da Ponte de Entre-os-Rios, e numa Assembleia Municipal tinha chamado a atenção que um senhor de Pedorido tinha levado ferro à Assembleia de Freguesia de Pedorido, que tinha encontrado debaixo daquela ponte. Que logo no dia seguinte o Senhor Presidente da Câmara Municipal de então, mandou encerrar a ponte ao trânsito por questões de segurança. Decorridos alguns anos apareceu a Empresa de Águas de Douro Paiva que queria levar a boa água a toda a Freguesia de Pedorido pela ponte nova, e no decorrer deste processo ficaram todos surpreendidos quando souberam através da antiga Junta

Autónoma de Estradas que a Ponte Velha era municipal há mais de 30 anos, e que a sua manutenção era da responsabilidade da Câmara Municipal. Mas há dez anos o Senhor Presidente da Câmara não tinha dinheiro para restaurar aquela Ponte que rondava os 450 mil euros. Mas havia uma proposta das Águas de Douro e Paiva para passarem uma conduta de água, a título provisório pagariam 200 mil euros, e que a Câmara Municipal teria de dispor de uma verba de 250 mil euros, que não tinha, para a reparação na íntegra. Que depois de ser explicado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal na Assembleia de Freguesia de Pedorido, ficou decidido deixar passar a título provisório a conduta de água, até que se fizessem as obras na Ponte nova. Que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha prometido à população, que como não dava para restaurarem a ponte com os 200 mil euros, recebidos das Águas do Douro e Paiva, aquela verba seria investida em Pedorido. Que a população aceitou a título provisório que passasse o “marrasmo” na Ponte, mas os 200 mil nunca foram investidos na Freguesia. Que numa Assembleia Municipal tinha perguntado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de então, onde estavam os 200 mil euros para Pedorido, mas não houve resposta. Que entretanto tinha ido fazer contas com as Águas de Douro e Paiva e ficou a saber que devia 360 mil euros. Mas como qualquer negócio, ficou decidido fazer um acerto de contas, a dívida passou a ser de apenas 160 mil euros, e a freguesia ficou sem os 200 mil euros. Que o povo ouvia falar nos 200 mil euros e queriam saber onde andava o dinheiro, mas ninguém o tinha gasto, e era preciso esclarecer a população que tinha sido um acerto de contas, porque escreviam o que não deviam e acusavam a Câmara Municipal. Que entretanto as obras tinham começado na Ponte nova, e as Estradas de Portugal não autorizaram que passasse a conduta naquela ponte. Que o provisório na Ponte velha passou a definitivo. Que segundo o Senhor Presidente da Câmara Municipal a única solução para a Freguesia de Pedorido, era quando o saneamento passasse submerso, fosse juntamente a conduta de água, e só assim seria retirado o “marrasmo” de cima da ponte. Por último referiu que as coisas em Pedorido estavam mal, eram de carácter provisório, mas que já vinha de trás, porque durante trinta anos ocultou-se que a Ponte era municipal e provavelmente teria outra

paisagem que não tem actualmente.***

— Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho para responder a algumas questões que tinham sido colocadas, nomeadamente pelo Senhor Prof. Daniel referente ao Plano de Urbanização da Vila. Esclareceu que o que tinha sido dito nas intervenções anteriores prendia-se com a necessidade de avançar com a revisão do PDM e não com a questão em concreto do projecto de alteração do Plano de Urbanização. Que já tinha explicado que era um procedimento de alteração de um instrumento de gestão territorial, como era o PDM que era abrangente a todo o concelho e que já levava longos anos de atraso. Que estava no Plano e Orçamento referente ao presente ano e era um procedimento que pretendiam avançar naquele momento. Em relação ao processo da alteração do Plano de Urbanização da Vila de Sobrado, efectivamente tinha sido iniciado em sede de reunião de Câmara Municipal, já tinham sido desenvolvidos um conjunto de reuniões de trabalho com a CCDRN, entidade que tutelava o urbanismo e que acompanhava o procedimento desde o início. Que tinham sido efectuadas reuniões com todas as entidades que teriam de participar na proposta e emitir parecer vinculativo em relação à proposta de alteração que a Câmara Municipal pretendia levar a cabo em relação ao Plano de Urbanização da Vila de Sobrado. Que a proposta final já tinha sido submetida à reunião da Câmara Municipal, para aprovação do início de consulta pública que estava a decorrer e terminava no dia 21 de Maio. Que a consulta poderia ser feita por todos os interessados junto dos serviços da Divisão de Urbanismo e Planeamento, ou através do Portal da Internet da Câmara Municipal, onde poderiam consultar todas as peças que faziam parte daquele procedimento. Depois de decorrido o período da consulta pública, será elaborada a proposta final, que será submetida à reunião da Câmara Municipal e à Assembleia Municipal para aprovação. Em relação à questão das reuniões do Comité de Pilotagem da Empregabilidade, era uma entidade que tinha sido criada no âmbito da Agenda da Empregabilidade do Tâmega e Sousa, que reunia com periodicidade mensal e tinham sido criadas equipas técnicas, que incluíam técnicos dos doze Municípios da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Que tinham desenvolvido um

trabalho interessante naquilo que se reportava à necessidade de concertação de formação a desenvolver nos doze Municípios, e que também desenvolveram um trabalho no âmbito do plano de desenvolvimento social supra concelho. Que o que se pretendia era desenvolver uma estratégia de combate ao desemprego que envolvesse os doze Municípios. Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, como sabiam o procedimento de candidatura para o Cais do Castelo no IPTM, tinha sido submetido no âmbito de uma estratégia de eficiência colectiva desenvolvida na ADRIMAG no âmbito do PROVERE, apontando aquele projecto como um projecto âncora, nomeadamente no âmbito do turismo. Que seria no lugar de Castelo a porta de entrada de todo o turismo que circulava Douro acima para o território que compunha o território da ADRIMAG. Que também estava sinalizado como sendo um dos projectos que sustentava este território como destino preferencial no âmbito do turismo sustentável. Que a candidatura tinha sido submetida, o promotor era o IPTM, tinha sido contratualizado pelo ON com a Comissão de Coordenação, tinha sido inclusivé celebrado contrato de financiamento para a realização da obra. Que tudo apontava que a obra se iniciasse rapidamente. Que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos sabia, assim como todos os Membros da Assembleia Municipal, que aquele projecto tinha sido desactivado, por força das regras da limpeza definidas pelo Governo, em relação aos projectos que estavam com financiamento previsto no QREN e que não tinham execução física no prazo de meio ano, e ainda, segundo justificação do IPTM por força da necessidade de reformulação do projecto. Que como aquele projecto já tinha alguns anos, e por força das novas normas legais, foram obrigados a desenvolver um conjunto de estudos e projectos geotécnicos que teriam de sustentar um projecto de execução. Quanto às reuniões que constavam na informação da actividade da Câmara Municipal, o IPTM, a Direcção da ADRIMAG, ou os próprios membros da Comissão de Coordenação, e em particular os responsáveis pelo órgão de gestão do ON, tinha ficado claro que os estudos geotécnicos já estavam elaborados e que o projecto teria de ser revisto para incluir aqueles estudos. Que daqui a pouco tempo haverá oportunidade das entidades que tutelavam

os fundos comunitários iriam fazer uma reanálise da execução financeira de todos os projectos e havia a possibilidade de alocar financiamento entre as medidas ou entre acções. Que para final de Maio ou Junho, e se o IPTM tiver todas os procedimentos concluídos haverá, uma janela de oportunidades de voltarem a ter cativação de verba com a abertura de aviso específico para esta situação. Por último referiu que havia algum desagrado da sua parte, porque a entidade responsável pela realização do projecto era o Instituto Nacional, serviço dependente do Estado, e na sua opinião era incompreensível que o Estado descativasse projectos que o próprio Estado promovia, e por outro lado financiasse em muitos milhões de euros, projectos privados de barcos que navegavam no Douro. Que tinha feito este reparo na reunião da ADRIMAG e solidariamente os directores tinham transmitido às entidades, ao Secretário de Estado que tutelava o projecto assim como o próprio IPTM. Que achava incompreensível que financiassem os barcos que iam Douro acima e depois descativavam os projectos estruturantes para uma região e para o Douro. Que financiar barcos e não terem onde acostar parecia-lhe descabido. Em relação à referência que tinha feito ao Edifício da Cadeia e à valorização da Freguesia de Fornos, aproveitava para agradecer todas as notas que foram dadas sobre aquela requalificação. Referiu que um dos ex-líbris de Castelo de Paiva era a Ilha do Castelo e que estava bem retratada no painel da entrada. Mas discordava daquilo que tinha dito quanto às intervenções daquele local. Que em relação à piscina do Castelo tinha uma ocupação sazonal e que a Câmara Municipal já tinha desenvolvido um conjunto de intervenções significativas durante o mandato para a requalificação daquele espaço. Mas era um equipamento em muito mau estado de conservação que obrigava a que anualmente aquelas intervenções fossem melhoradas não só na piscina como em toda a zona envolvente.***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que relativamente às reuniões com o Moto Clube e com a Associação das Famílias das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios, tinha a ver com assuntos no âmbito de cada uma das associações e não com questões da Junta de Freguesia. Quanto à questão das casas de banho junto ao Monumento era um assunto sempre debatido nas

reuniões e era uma preocupação que tinha. Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de freguesia de Real, era evidente que não tinha sido toda a logística da Feira, mas sim toda a logística que a Câmara Municipal colocou no âmbito da Feira, mas iriam fazer a rectificação na informação da actividade da Câmara. Quanto à referência que o Senhor Prof. Daniel fez à Academia de Música, era inteiramente justo o que tinha dito. O papel relevante que a Academia de Música tinha desenvolvido ao longo de mais de duas décadas de história, tinha sido um dos melhores projectos em termos culturais que Castelo de Paiva desenvolveu. Que deveriam dar o mérito a quem teve a ideia e também ao Director Pedagógico que tinha desenvolvido o seu papel em prol do engrandecimento daquela Instituição. Quanto ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, o Senhor Vereador já tinha respondido e não ia alimentar estados de alma do Senhor Presidente da Junta, apesar de compreender. Mas estavam dispostos como sempre estiveram ao longo dos três anos, para colaborar e apoiar a Freguesia de Fornos naquele espaço com intervenções importantes e iriam fazê-las. Quanto ao estado de alma de tristeza e alguma frustração não era a pessoa indicada para resolver-lhe esse problema. Que continuava a ter o mesmo carinho e a mesma admiração pela Freguesia de Fornos e pelo Lugar de Castelo, e que iriam fazer as intervenções que eram necessárias e adequadas para aquele espaço. Já há algum tempo tinha feito uma abordagem sobre as casas de banho, não se lembrava se tinha sido por escrito, mas em termos verbais teria havido. Mas não tinha havido tempo de acolher a gestão daquele espaço, mas iriam fazê-lo de forma cuidada, e não alimentava este tipo de estados de alma. Que a Câmara Municipal iria continuar a fazer, como sempre o fazia, e que a sua grande preocupação era lutar para que acontecesse a requalificação do Cais do Castelo. Para aquele tipo de questões laterais não estava disponível para fazer grandes comentários. Que a Junta de Freguesia deveria fazer o seu papel, porque tinha um protocolo celebrado com a Câmara Municipal no âmbito das vias municipais, deveria executá-lo, e que a Câmara Municipal iria fazer o seu trabalho com todo o gosto com a Freguesia de Fornos. Quanto à questão colocada sobre a Ponte Velha de Pedorido era uma preocupação que o Executivo tinha. Que tinha tido em cima da

Mesa a alteração das condutas para a Ponte Nova aquando da sua última beneficiação, mas por força de uma análise técnica feita pelas Estradas de Portugal não haveria condições de passar por lá a conduta e não autorizaram. Que no âmbito do processo de instalação do saneamento, iriam insistir, porque não se conformavam que o provisório passasse a definitivo, e achavam que tinha de ser resolvido em definitivo porque aquela Ponte continuava a ser muito importante para a população de Pedorido. Que a SIMDOURO ou as Águas do Douro e Paiva tinham responsabilidades acrescidas porque seriam eles que iriam financiar grande parte daquela intervenção.***

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2012.***

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentar a Prestação de Contas referente ao ano de 2012, e como aspectos importantes em termos das Grandes Opções do Plano havia uma grande aposta na área social onde continuavam a fazer um investimento significativo. Que uma boa parte desta fatia do investimento resultava de parcerias e protocolos que tinha com a Administração Central, sobretudo na Educação. Que realçava também a redução da dívida global da Câmara Municipal, que de 2011 para 2012 havia uma redução de 2.166.104€. Que estava a falar de 15.350.000€ que tinham de dívida global em 2011, e que em 2012 tinham 13.184.079€. Que era um valor significativo, que resultava sobretudo do esforço que a Câmara Municipal tinha vindo a fazer na redução da dívida e daquilo que era o controlo das contas municipais e que permitia a libertação de fundos para investimento. Que também tinham feito um esforço em termos de amortização de empréstimos de médio e longo prazo em cerca de 600.000€. Que poderiam ter feito investimento, mas tinham optado pela amortização da dívida para retirarem um dos indicadores que tinham no vermelho, que era o excesso de endividamento de médio e longo prazo. Que o que pretendiam era que as finanças municipais mantivessem a estabilidade e o controlo orçamental. Que em três anos e meio, tinham reduzido a dívida da Câmara Municipal em 3,5 milhões de euros, o que era muito significativo atendendo a que as transferências do Estado tinham diminuído drasticamente em menos 645.000€ em 2011. Que

tinha sido um grande esforço por parte da Autarquia mas estava a resultar num efeito extremamente positivo, porque com aquele rumo permitiram libertar fundos para fazerem investimento com fundos próprios da Câmara Municipal. Que estavam a fazer investimento, iriam pagar, o que revelava uma atitude de grande responsabilidade que o Executivo tinha demonstrado. Lembrou que em aquisição de serviços teve uma redução de 500.000€, que tinham cumprido as metas que estavam estabelecidas em termos da Lei de Orçamento de Estado na redução da despesa. Que tinham todos os indicadores praticamente em situação normalizada, tinham cumprido o prazo médio de pagamento que rondava os 90 a 100 dias, e estavam a honrar os compromissos com todos os fornecedores. Que este era o caminho correcto, da estabilidade e do controlo da Câmara Municipal. Que se isto não tivesse acontecido, com certeza teriam a TROIKA na Câmara Municipal a geri-la. Teriam de colocar os impostos na taxa máxima, como o IMI, aplicar os preços máximos na água e teriam de aplicar derrama. Que teriam um conjunto de taxas e impostos que tinham de aplicar aos Paivenses, por força da adesão ao Programa de Apoio às Economias Locais. Que não o tinham feito e julgava que a opção tinha sido a correcta. Que não tinham tido aquela tentação e conseguiram controlar com cuidado aquilo que eram as finanças da Câmara Municipal. Que tinham cumprido todos os requisitos previstos no Plano de Saneamento Financeiro. Que revelava, o cuidado que tinham com as finanças da Câmara Municipal, que estavam no caminho certo, que continuavam apostados na estabilidade do Município, e revelava também que estavam apostados em fazer investimento para o concelho. Que se não estavam a fazer ainda mais, era porque os fundos comunitários estavam parados, o que os impossibilitavam de fazerem ainda muito mais pelo Concelho. Que o esforço que tinham feito, era porque tinham feito um bom trabalho de casa, e que eram muitas vezes reconhecidos por muita gente especializada que acompanhavam a acção da autarquia e felicitavam a coragem que tinham tido. Que continuava a apoiar as Associações, que tinham honrado todos os compromissos de mandatos anteriores no valor de cerca de 200.000,00€, que estava tudo pago e continuavam a honrar o apoio às Associações e colectividades, porque gostavam do trabalho

efectuado e das pessoas. Que às Juntas de Freguesia estavam a dar apoio e a pagar a todos a tempo e horas os protocolos que tinham celebrado. Que sentia orgulho e vaidade porque a missão que estavam a cumprir era de forma correcta leal e competente. Que se orgulhava do caminho que tinha percorrido, havia muito ainda por fazer, mas daqui a um ano, as pessoas iam ver que tinha valido a pena o esforço e o trabalho que foi feito em prol das contas municipais, não só pelos investimentos que iriam ser apresentados à população, mas sobretudo pela sustentabilidade da Câmara Municipal.***

____ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel para referir que como tinham conversado no início da sessão com os líderes dos Grupos Municipais, e como tinha chegado um documento atrasado, ficou acordado que a votação ficaria para uma próxima sessão.***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o documento da Prestação de Contas era um documento independente, e o ponto a que o Senhor Prof. Daniel estava a referir-se tinha a ver com o Relatório do Plano de Saneamento Financeiro que já não ia ser apreciado naquela sessão dado o adiantado da hora. Que como a sessão iria ser interrompida, e como os pontos restantes da Agenda eram na sua maioria para conhecimento, achava que poderiam discutir e aprovar a Prestação de Contas, e teriam mais tempo para analisar o documento que tinham recebido.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que sobre os Relatórios Anual e Semestral não tinham sido votados na reunião de Câmara por força de uma circunstância pessoal da Chefe de Divisão Financeira, que no fundo atrasou o fornecimento de elementos e documentos à empresa que elaborou o Relatório. Como o Relatório Anual carecia de votação por parte da Assembleia Municipal, e por força da não votação na reunião de Câmara Municipal, não seria possível fazerem a votação na Assembleia Municipal. Que poderiam discutir a apresentação de Contas e depois poderiam fazer a votação em simultâneo dos Relatórios Anual e da Prestação de Contas.***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que discordava da opinião do Senhor Presidente da Câmara Municipal porque eram dois pontos

distintos e que a aprovação da Prestação de Contas não tinha a ver com a apreciação do Relatório.***

____ O Membro Prof. Daniel continuou a sua intervenção, referindo que não era da área de economia e queria esclarecer que se tinha havido um entendimento no início, não queria que pensassem que era da parte do PSD que faziam tábua rasa daquilo que tinham combinado. Congratulou-se que o esforço do equilíbrio das contas estivesse a ser levado a cabo. Dizerem que o Plano de Saneamento Financeiro levava a uma discussão conjunta das contas de 2012, quando o PSD sempre tinha defendido, mesmo contra propostas do Partido Socialista que diziam que a situação não era para um Plano de Saneamento Financeiro, mas sim para uma questão de dívida estrutural. Que afinal o PSD também tinha razão, e mais uma vez congratulavam-se por fazer com que o Executivo tivesse a possibilidade de o concretizar e executar sem entraves de ordem nenhuma. Que sempre tinha aprovado e sempre tinham feito com que os vários documentos pudessem ser aprovados e houvesse uma situação de apaziguamento para que pudessem fazer o trabalho como deveriam fazê-lo. Que tinham lido por várias vezes que havia um valor que tinha sido pedido e não tinha sido utilizado. Gostava que o esclarecessem, porque lhe fazia alguma confusão, porque se tinham pedido um empréstimo e não o estavam a utilizar, havendo coisas para pagar, porque não o faziam?***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para referir que nos sucessivos mandatos tinha sido o que muitas vezes levantou a voz contra um endividamento excessivo da Câmara Municipal, mas muito tarde vieram dar-lhe razão. O caminho estava errado, era impossível, tinha-se falado em 20 milhões e depois em 18 milhões, eram muitos milhões. Que não se sabia quanto exactamente deviam e a quem deviam e que isto se devia a quem ocupava a cadeira do Executivo, e que era dinheiro a mais para uma freguesia tão pequena e tão pobre como Castelo de Paiva. Que tanto persistiram por aquela crítica, tinha de reconhecer que tinham emendado a mão, que estavam num caminho razoável e não deveria ser abandonado sempre com a possibilidade de fazerem algumas realizações possíveis. Que quem tinha impedido de fazerem mais realizações no Concelho, foi quem irresponsavelmente

endividou o Município. Resultou que tiveram de pagar muito dinheiro pela dívida, e alguém tinha recebido. Porque se tinham sido feitas obras ou obrinhas, gostava que lhe explicassem para onde foram tantos milhões em 10 anos. Que deveriam ser responsabilizados aqueles que realizaram obras por 100€ e receberam 200€ ou 500€. Que havia muita gente que tinha lucrado à custa do empobrecimento do Município, e era preciso responsabilizar quem fez aquela gestão. Quando dizia que o caminho estava errado, era porque estavam a desgraçar o futuro, estavam a criar responsabilidades que geraram encargos e que iam tolher para fazer coisas úteis. Que era preciso não perder a memória e aprender a lição. Que relativamente à gestão e contas, e pelos números que estavam a ser colocados em cima da mesa, parecia que já conseguiam respirar melhor, apesar de ainda se dever muito dinheiro que teria de ser pago. Deu os parabéns ao Executivo, e à gestão que já dava mais tranquilidade e esperança para o futuro na gestão do Município. Que se tinham apostado na área social e no apoio às colectividades tinham feito muito bem. Mas era preciso cuidado porque eram dinheiros públicos e tinham de ter critérios, não podia ser do amiguismo, nem da cor partidária, teria de ser do critério da qualidade e do mérito. Que nem todas as Associações poderiam levar a ajuda para as realizações porque nem todas tinham o mesmo valor. Que ficava sempre alguma dúvida, e questionou se algumas coisas tinham algum valor cultural para se investir? Que tinham de incentivar as organizações e as iniciativas mas prevendo a qualidade. Quanto à redução da dívida tinha algum significado e mereciam um aplauso e a aprovação porque estavam no bom caminho. Por último referiu que não tinha percebido o que o Prof. Daniel tinha dito sobre o Plano de Saneamento Financeiro, que até parecia uma iniciativa do PSD e que tinha aplaudido. Recomendou que lesse as actas, porque o entusiasmo não tinha sido o que tinha referido. Que até dava a ideia que sempre tinham apadrinhado aquela solução e que a mesma lhes pertencia. Que era preciso ter memória e não fazer lavagem da história. Referiu que a bancada do PS votaria favoravelmente a prestação de contas.***

_____ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel para referir que não se esquecia das intervenções que o Membro Dr. Gouveia Coelho tinha feito

no passado contra o Plano de Saneamento Financeiro que queriam aprovar. Que nunca mais se irá esquecer que o Dr. Gouveia Coelho e outras membros disseram que a situação de Castelo de Paiva não era para um Plano de Saneamento Financeiro. Que não valia a pena vir agora dizer que sempre tinha defendido o Plano de Saneamento Financeiro. Que o Plano de Saneamento Financeiro tinha sido bem feito porque constava que o endividamento de Castelo de Paiva devia-se a obras prementes para o Município, e que foi essencial a sua realização. Podiam ir a Bairros e perguntar à população quais as obras que não queriam. Que tinham lá muitas, que tinham custado muito dinheiro mas eram essenciais e reclamadas há muitos anos. O que não era reclamado, era uma zona industrial que foi feita com custos para o Município, uma terraplanagem enorme em terrenos privados, e ainda estava por solucionar. Questionou, se isso era uma boa gestão? Deveria haver memória porque factos eram factos.***

____ O Senhor Presidente da Mesa referiu que ia ser distribuído uma folha de rectificação, porque havia um erro de contas no mapa dos empréstimos nos anexos à demonstração da Prestação de Contas.***

____ Ausentou-se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real.***

____ Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho para esclarecer a questão da substituição da folha dos documentos da Prestação de Contas. Que não era um erro de contas e os números do relatório de gestão estavam correctos. Todos os valores inscritos estavam devidamente lançados e de forma correcta, mas o que aconteceu foi que nos anos anteriores era produzido um mapa de empréstimos de forma manual pelos serviços, e que no presente ano foi gerado pela primeira vez um mapa no âmbito do POCAL. Que os serviços, por lapso, lançaram um valor incorrectamente, como sendo dívida do inicio e fim do período. Que tinham contabilizado a dívida de 4.800.000,00€ como se tivesse sido utilizado o empréstimo na sua totalidade. Que não era um erro de contas, e todo o relatório de gestão reflectia a dívida do Município que em termos bancários era de 11.859.217,77€ que estava no relatório de gestão e balanço, e constava do mapa rectificativo que tinha acabado de ser entregue. Que o que estava em causa era um erro de lançamento daquele empréstimo. Quanto às intervenções que tinham

sido feitas em relação ao Relatório de 2012, e em relação ao facto da Câmara Municipal não ter utilizado o valor do Plano de Saneamento Financeiro na sua totalidade., por diversas vezes tinha sido especulado que o valor de 2.300.000,00€ iam servir para que o Senhor Presidente da Câmara Municipal alavancasse investimentos em ano eleitoral o que não aconteceu. Esclareceu que entre a apresentação do Plano de Saneamento Financeiro, a sua aprovação e a sua contratualização, durante aquele período, a Câmara Municipal utilizando fundos próprios amortizou dívida que tinha como foi o caso das Associações. Que havia dois valores que foram elencados como dívida na listagem do Plano de Saneamento Financeiro que ainda não tinham sido pagos porque estavam em contencioso no valor de cerca de 300.000,00€ e que estavam incluídos na dívida global. Esclareceu também que a Câmara Municipal no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro que apresentou, foi autorizada a contratualizar dois empréstimos no valor de 9.600.000,00€. Como tinha acabado de referir a Câmara Municipal tinha utilizado 7.300.000,00€. Que não tinham utilizado 2.300.000,00€, mas também não os deviam ao banco. Que por vezes passava a mensagem de que tinham 2.300.000,00€ no banco, e que sobre o qual estariam eventualmente a pagar juros, e que não o estavam a utilizar. Que ainda bem que durante aquele período de tempo de aprovação a Câmara Municipal tinha amortizado dívida com fundos próprios, assim como outros empréstimos que faziam parte do relatório de gestão, nomeadamente a amortização de um conjunto de empréstimos significativos que tinham, e que em 26 de Dezembro de 2012 amortizaram em 608.000,00€. Que tinham reduzido a dívida e que daquela forma não agravaram o endividamento de médio e longo prazo. Por último referiu que a não utilização de 2.300.00,00€ denotava por um lado o esforço da Câmara Municipal em utilizar recursos próprios para pagar dívida a fornecedores, para fazer amortização de dívida aos bancos, e ainda bem que o tinham feito, porque se não iriam agravar ainda mais aquilo que era o endividamento de médio e longo prazo.***

____ Ausentaram-se os Membros Dr. Rocha Pereira e Ilda Valente.***

____ Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria com um voto contra (do PSD, Sr. João Vitorino) dez abstenções (do

PSD) e dezasseis a favor (doze do PS e quatro do PSD), aprovar os documentos da Prestação de Contas referente ao Ano Económico de 2012.***

____ O Senhor Presidente da Mesa suspendeu a sessão pelas 00.35 horas, tendo sido estes pontos aprovados por unanimidade, em minuta, e referiu que os trabalhos seriam retomados em data a anunciar, e que seria enviada convocatória.

**ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO
REALIZADA NO DIA DEZ DE MAIO
DE DOIS MIL E TREZE DA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA,
INICIADA NO DIA TRINTA DE ABRIL
DE DOIS MIL E TREZE.*****

____ Aos dez dias do mês de Maio do ano de dois mil e treze, pelas dezoito horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida secretariada por João Fernando Barbosa Dias, e José Vieira Pinto, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria Almeida Silveira Matos. ***

____ CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS AGENDADOS:***

____ O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, indicou para a constituição da Mesa o Membro Senhor José Vieira Pinto como segundo Secretário, em substituição da segunda Secretária Ilda Maria Cardoso Valente, que faltou.***

____ Verificou-se a presença dos Membros Senhores António Pedro Maldonado Martins Carvalho e José António Silva Rocha. ***

____ Faltou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paraíso, e nem se fez representar.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Dr. João Pedro Nogueira da Costa Campos, por cinco dias por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, justificar a referida falta. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de

18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Sr. António Silva Pinto. ***

____ Pediu a suspensão do mandato o Membro Abel Duarte Barbosa, por motivos profissionais.

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Ângelo Soares Fernandes.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Dr^a. Maria de Lurdes Bessa Sousa, por cinco dias por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor José Correia Teixeira Martins.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Gina Maria Silva Moreira, por cinco dias por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Sr. João Vitorino Martins de Almeida Moreira.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Maria da Graça Soares Sousa, por cinco dias por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Sr. Manuel da Silva Moreira.***

____ O Membro Dr. Rocha Pereira entregou à Mesa uma declaração que se transcreve na íntegra: “*Não participação na votação do ponto referente à prestação de contas do ano económico de 2012. Justificação. Na sessão ordinária desta Assembleia de 30 de Abril de 2013 tomei a decisão de não participar na votação do ponto nº 2 do período da ordem do dia - Prestação de Contas referentes ao ano económico de 2012 - considerando pertinente dar uma explicação pública por aquela minha decisão, o que passo a fazer: 1 -Aos 04 de Março de 2011 o Tribunal de Contas concedeu o visto ao Plano de Saneamento Financeiro (PSF) do*

*município. 2 - Durante os 12 anos de vigência do PSF a apresentação anual de contas à Assembleia Municipal inclui, em anexo ao balanço, a demonstração do cumprimento daquele Plano, como decorre da Lei das Finanças Locais. 3 - Esta Assembleia decidiu, não contando com a minha presença, aprovar aos 30/04/2013 a Prestação de Contas do ano económico de 2012, sem que o relatório do PSF tivesse sido previamente aprovado pela Câmara e acompanhasse o respetivo balanço, omissão que, aliás, era do conhecimento do Senhor Presidente da Mesa e de outros membros da Assembleia. 4 - Pelo relatado pela comunicação social, só aos 09 de Maio de 2013 a Câmara Municipal terá aprovado o Relatório anual do PSF. 5 -Assim sendo, em meu entender, e salvo o devido respeito, não se encontravam reunidas as condições para que esta Assembleia tivesse procedido à votação do ponto respeitante à Prestação de Contas na reunião de 30 de Abril de 2013, dada a inexistência do Relatório do PSF, o qual, afinal, só ontem viria a ser aprovado pelo executivo municipal. 6 - Com esta posição/esclarecimento outra coisa não pretendo que não seja a salvaguarda da minha posição face ao sucedido."****

____PERÍODO DA ORDEM DO DIA:***

____3.TERCEIRO E QUARTO RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.***

____Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação dos Relatórios, e referiu que seria mais interessante o Dr. Fonseca Ribeiro responsável pela realização dos Relatórios, fazer uma apresentação sucinta das principais conclusões do Relatório e no final das intervenções e esclarecimentos que fossem solicitados faria então a sua intervenção.***

____Usou da palavra o Senhor Dr. Fonseca Ribeiro para referir que o Relatório Anual referente ao ano de 2012 fazia parte da Prestação de Contas. Que ao contrário de muitas outras Câmaras Municipais, esta Câmara Municipal tinha cumprido e tinha conseguido uma redução de dívida excepcional, porque não tinham utilizado os 9.600.000,00€ que tinha previsto, mas apenas tinham sido utilizados 7.300.000,00€ ou seja menos 2.300.000,00€. Que para além disto tinham conseguido uma redução substancial do endividamento. Que no Relatório Anual

poderiam ver a evolução, e logo na introdução fazia referência que só tinham utilizado os 7.300.000,00€. Que no Quadro do Balanço mostrava a evolução do endividamento de 2011 em relação a 2012. Verificava-se que nas dívidas a médio e longo prazo, a evolução foi nitidamente reduzida em relação ao previsto em 2012 que era de 14.103.055,00€, e tinham só 11.859.000,00€, e em relação às dívidas de curto prazo também eram menos 1.000.000,00€. Que para além de não terem utilizado a totalidade do empréstimo havia uma redução do endividamento em 2.000.000,00€. Que quanto à demonstração de resultados verificava-se que no total dos proveitos constava 9.817.742,00€ relativo à previsão, mas na parte real era 8.854.000,00€, e que esta diminuição de cerca de 1.000.000,00€ era no fim de contas o resultado de não se ter contabilizado os trabalhos para a própria Câmara Municipal. Que em relação aos custos estavam bastante aproximados. Que no final o importante era verificarem que estavam previstos encargos financeiros muito altos de 535.335,00€, e que realmente só tinha havido custos financeiros de 307.158,00€, eram menos 228.177,00€, era notável e derivava da não utilização dos 2.300.000,00€, e também do facto de se ter reduzido o endividamento de um ano para o outro. Quanto ao Mapa dos Indicadores Económicos e Financeiros, referiu que um dado importante era o fundo de maneio. Que efectivamente estavam previstos 1.562.000,00€, mas a verdade é que o Município de Castelo de Paiva já tinha um bom fundo de maneio de 1.193.499,00€. Que em relação a outros indicadores, como a cobertura do immobilizado estava equilibrado. O prazo médio de pagamento desceu substancialmente de 211 para 105 dias e o prazo médio de recebimento estava ligeiramente acima. Que um indicador bastante importante era o “cash flow”, ou seja os meios gerados pelo município, que queria dizer que não se deveria ultrapassar o investimento líquido em mais de 2 milhões e tal de euros, mas que à partida teriam uma folga. Que se os investimentos eram comparticipados em 80% ou 85%, a Câmara Municipal seria das poucas câmaras que podia conseguir mais investimentos, porque o Governo queria fechar o Quadro Comunitário em 2015. Que a evolução do endividamento municipal que estava previsto era de 13.142.745,00€, mas o que se tinha verificado era

11.149.171,00€ quer no líquido quer no médio e longo prazo. Que em 31.12.2011 tinham 11.149.171,00€, e em 31-12-2012 tinham 8.174.675,00€. Que de acordo com a Lei das Finanças Locais havia uma redução substancial do endividamento líquido. Que em relação ao que estava previsto no Saneamento a diferença era substancial de quase 3.700.000,00€, ou seja 12.532.000,00€ para 8.874.000,00€ sem considerar a parte do capital em dívida excepcionada. Que na sua opinião os limites eram variáveis, em função das receitas que se tinham ou da imposição do Orçamento Geral do Estado. Verificava-se que quer em 2011 quer em 2012 a lei tinha alterado os limites. Que uma coisa era o decorrente das receitas e outra era o estabelecido pela Lei Orçamental, que em vez de ser de 7 milhões de euros, o limite passou para 11 milhões de euros, o que significava que se tinham um limite mais elevado, significava que o excesso tinha diminuído. Que o que se verificava era que em 2012 deveriam ter um excesso de endividamento negativo de 1.665.508,00€, passou a ser disponível 2.274.479,00€, mas isto não estava disponível para o Município, e como dizia no Relatório não se traduzia no melhoramento da situação financeira, porque o que traduzia no melhoramento da situação financeira era a redução de endividamento. Que em 2013 já se iriam inverter os dados, e iria ser o menor de dois limites, o de 2012 de 7.209.000,00€ e o calculado pela Lei das Finanças Locais. O que era importante, era demonstrar que o Município tinha um excesso de endividamento em 1.665.000,00€, passou para um saldo disponível de 2.274.000,00€, e que o de médio e longo prazo também tinha reduzido e estava acima do limite estabelecido para 2012. Que a conclusão traduzia aquilo que tinha referido, que se estava a cumprir os objectivos definidos no Plano de Saneamento Financeiro, e gostaria que o Município continuasse assim porque poderiam fazer investimento com metade dos encargos que estavam previstos.

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real para referir que não tinha recebido o Relatório do Plano de Saneamento Financeiro, ia ser difícil discuti-lo, e que era de extrema importância para o Concelho. Que tinha estado atento à explicação, tinha sido bem feita e queria colocar algumas questões. Que no início da intervenção

referiu-se ao empréstimo de 9.600.000,00€, mas afinal só tinham utilizado 7.600.000,00€ e gostava de saber porquê. Teria havido erro no cálculo da dívida? Questionou, se os 20 milhões que em termos eleitorais tinham sido anunciados e depois foram baixando, se actualmente a dívida da Câmara Municipal estava nos 7 milhões? Quanto ao prazo médio de pagamento já tinha andado nos 50 e tal dias, tinha subido para os 200 e tal dias e actualmente estava nos 97 dias. As perspectivas que lançaram principalmente nos fornecedores do Concelho, as críticas que fizeram, ao Executivo anterior, pensava que 97 dias já passava os 3 meses, e para aquilo que andaram a dizer em público do pagamento que iam fazer, achava um pouco exagerado. Que tinha ficado bastante satisfeito quando ouviu dizer que tinha havido uma redução substancial do endividamento líquido e que estavam a ser cumpridos os objectivos do Plano de Saneamento Financeiro.***

— Usou da palavra o Membro Prof. Daniel para referir que gostava que o esclarecessem se os Relatórios deveriam ou não ser apreciados juntamente com a Prestação de Contas? Que tinha ficado com a impressão, que falar do endividamento variava conforme a Lei. Que quem não era técnico tinha alguma dificuldade em tirar conclusões, porque este ano estavam bem perante a lei do endividamento, para o ano se calhar já não estariam, no passado deixámos de estar porque a lei tinha sido alterada, e achava que falar de endividamento variava conforme a lei que estivesse em vigor. Diziam que no passado a Câmara Municipal tinha entrado em endividamento. Mas era preciso dizer que tinham entrado em endividamento porque a certa altura foi colocada uma lei que dizia que estavam em endividamento e antes não. Que no Relatório do Plano de Saneamento Financeiro, no total dos Proveitos estava previsto para 2011 o valor de 9.701.279,00€, que o real tinha sido 8.732.000,00€, e que em 2012 colocava-se como previsão 9.800.000,00€. Que a sua questão, era como é que davam uma previsão para o ano seguinte, tendo em conta que os proveitos do ano anterior iriam ficar muito abaixo do que era previsível? Que lhe parecia que o “cash flow”, dos meios gerados, naquele momento tinham alguma folga que permitia que fizessem investimento até ao próximo Quadro Comunitário. Apelava, como estavam em ano de eleições, que aquela

folga não fosse aproveitada para meios eleitoralistas, que tivessem consciência porque iriam precisar para investimentos de fundo. ***

— Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para referir que pensava que o Plano de Saneamento Financeiro tinha sido uma das decisões mais importantes e mais positivas que a Câmara Municipal tinha tomado, porque sem contas sadias efectivamente não era possível gerir a vida de uma pessoa, de uma empresa, de uma família, do Município ou de um País. Que o nível de endividamento a que o Município tinha chegado era insustentável. Que sem qualquer dúvida desde a primeira hora esteve do lado desta solução. Que tinha sido pena, que na altura não tivessem surgido alternativas àquela proposta. Que depois de algumas vicissitudes, e última instância a Assembleia Municipal tinha aprovado aquele documento, e que estava demonstrado que era indispensável que assim fosse. Que era preciso ter em conta que o pagamento, e no que respeitava à questão do capital, ainda não se tinha chegado ao ponto de se começar a pagar e a amortizar o capital, como se recordava achava que era só a partir do terceiro ano. Que pensava que o rumo, que resultava daqueles números, era o certo. Que na sequência disto tinha alguma dificuldade em compreender alguma falta de ambição por parte do Executivo, razão pela qual em Dezembro tinha votado contra as Opções do Plano. Achava que de facto se justificava, por muitas razões a política de crescimento que era apregoada a nível nacional, também deveria ser uma realidade a nível local. Que quando as metas estavam definidas achava que deveriam ser arrojados para criarem dinâmica e o Concelho precisava disso. Questionou o que se passava no que respeitava às facturas do anterior Executivo que tinham sido emitidas ou de reconhecimento de dívida, se efectivamente tinham sido consignadas e se tinha sido claro? Por último questionou, que na listagem elaborada não tinham sido contempladas duas situações, não se teria pago à firma Acácio da Caridade Ferreira e Irmão por estar em processo judicial. Qual era o ponto da situação? A outra tinha a ver com a Junta de Freguesia de Paraíso que também não tinha recebido, e gostava de saber porquê.***

— Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que em relação àquele Relatório questionou se deveria ou não acompanhar

as Contas? Que era uma questão que deveria ficar definitivamente clarificada e até na medida do que fosse possível, ficasse em acta a resposta que fosse dada. Saudou a vinda do Dr. Ribeiro Fonseca novamente à Assembleia Municipal e solicitou-lhe que clarificasse a questão se aquele documento deveria ou não acompanhar as Contas. Questionou, se o Relatório era uma réplica daquilo que constava no documento de gestão, porque tinham contratado de novo, uma equipa externa para fazer o acompanhamento se praticamente o mesmo já estava feito pela Câmara Municipal? Que concluía que do ponto de vista político, parecia-lhe que se calhar, não teria sido preciso pedir tanto dinheiro. Que os 9.600.000,00€ aparentemente foram demais, e 2.000.000,00€ a menos, e que o PSD tinha dito, eram suficientes, até porque a dívida afinal não seria dos tais 20 milhões mas sim de cerca de 16,5 milhões de euros. Quanto à dívida de médio e longo prazo, disseram que a amortização que foi feita não era dos tais 750 mil euros previstos, mas sim dos 618 mil euros. Questionou, qual era a justificação para esta situação? Que lhe parecia efectivamente que no ano de 2012 era evidente que tinham sido libertadas verbas, ou capacidade para que se fizessem investimentos mais significativos. Mas a verdade era que haveria capacidade financeira para um investimento que poderia eventualmente ultrapassar 1 milhão de euros ou chegar aos 2 milhões de euros. Que o próprio Relatório dizia que, e passou a citar: “...no que diz respeito ao activo constata-se que o Município investiu 167.488,89€ em 2012, valor bastante inferior aos meios libertos gerados no período...” o que significava que se tivesse havido outro tipo de ambição a possibilidade de fazerem um investimento maior. Que obviamente se calhar em 2013, ano eleitoral haveria provavelmente um esforço de investimento maior, até porque havia dinheiro. Que havia uma gestão no que tange às dívidas diferentes, mas não deveriam misturar aquilo que decorria da aplicação da Lei, nomeadamente a Lei dos Compromissos, com uma especial gestão cuidada. Na sua opinião podia entender-se que com o Plano de Saneamento Financeiro, o que tinham dito era que tinha havido uma transferência da dívida dos fornecedores para a banca e que ainda não se tinha começado a pagar o capital. Que havia uma carência de 3 anos e obviamente iria ter as suas repercussões na capacidade

financeira que o Município iria ter. No cômputo global as dívidas que tinham eram as que tinham acabado de enunciar e iam de encontro àquilo que foi sempre a posição da bancada do PSD na Assembleia Municipal, acerca do Plano de Saneamento Financeiro.***

— Usou da palavra o Dr. Fonseca Ribeiro para fazer os esclarecimentos pedidos e começou por referir que os adjetivos não eram demais. Que já tinha feito muitos Relatórios de Saneamentos Financeiros, e comparativamente com outros Municípios que estavam em situação de falência técnica, o que se passava neste Município era extraordinário. Referiu que em 30 de Junho de 2010 o passivo total era de 17.111.000,00€ e o que devia em 31 de Dezembro de 2012 era de 13.183.000,00€, ou seja menos 3.928.000,00€. Que quando fez o saneamento baseou-se nas contas do Município e nas contas da Inspecção Geral de Finanças, que tinha feito a inspecção na altura, para fundamentar o passivo. Que em 31 de Dezembro de 2009 o passivo era de 17.428.252,00€, e a 30 de Junho de 2010 era de 17.111.000,00€ ou seja menos 300.000,00€, o que estava a dizer era que o passivo tinha reduzido substancialmente. Que as transferências dos municípios já estavam ao nível do ano de 2006 e 2007, e que este ano tinham de reduzir o passivo em 10%, sob pena de o endividamento se reflectir em termos de encargos financeiros, e ficarem reféns dos fornecedores. Que em relação aos relatórios a Lei das Finanças Locais estipulava que os relatórios semestrais fossem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante o período de vigência de contrato, e que a apresentação anual de contas à Assembleia Municipal incluía em anexo ao balanço, a demonstração do Plano de Saneamento Financeiro, mas não se referia a nenhum relatório anual. Que em relação aos Proveitos Económicos já tinha referido que havia um milhão de euros que não tinham sido considerados realmente porque era apenas um movimento contabilístico relativamente aos trabalhos executados internamente, ou seja que não tinham sido adjudicados a terceiros. Que não havia receita alguma e a demonstração de resultados era económica. Que em relação ao capital que não se tinha amortizado, era verdade que ainda não se tinha começado a reembolsar o dinheiro. Mas quando disseram que tinham transferido de curto para médio e longo prazo, já tinha dito que

não era verdade, porque o passivo tinha reduzido de 17.111 milhões de euros para 13.183 milhões de euros. Que tinha havido transferência quando fizeram o Plano de Saneamento Financeiro, mas actualmente já se verificava uma redução de endividamento. Por outro lado os meios gerados eram à partida para duas coisas, para amortização de investimentos e para investimentos. Que ainda não tinham começado a amortizar, e que só começariam a fazê-lo em Março de 2014. Mas como já tinha referido o importante era não terem fundo de maneio negativo, e no relatório, na parte dos indicadores, havia 1.193.499,00€ de fundo de maneio positivo. Quanto à Lei dos Compromissos, achava que tinha vindo exigir mais dos municípios, que se a Lei fosse para a frente no sentido da exigência e da criminalidade, não sabia como ia ser porque envolvia os dirigentes dos municípios e também os directores financeiros. Na sua opinião a Lei tinha sido feita de qualquer maneira e que a verdade era que todos sabiam que tinham ficado 200 milhões por utilizar, e dos 800 milhões que ainda não se tinha gasto, não o iriam fazer e a economia local iria ficar sem aquele dinheiro e que todos os fornecedores iriam ser afectados. Por último referiu que estava a falar como técnico e não como político.***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que saudava a presença do Dr. Ribeiro da Fonseca, e que uma das questões porque este relatório não era feito internamente quando se fazia a Prestação de Contas, era porque tinha entendido desde a primeira hora que deveria ter uma entidade externa a fazer o acompanhamento no sentido de confirmarem se o trabalho estava a ser desenvolvido e bem elaborado. Que ficava satisfeito por ver que as conclusões e os objectivos a que se tinha proposto tinham sido alcançados. Quanto ao prazo médio de pagamento, era evidente que os números que alcançaram eram bastante positivos. Gostava de ter ainda mais, mas quando chegou à Câmara Municipal tinha cerca de 600 dias de prazo médio de pagamento com uma utilização quase completa do PREDE. Que actualmente estavam nos 97 dias segundo os dados da DGAL do ano passado. Quanto à questão dos 9 milhões de euros que se tinha colocado no Plano nas que só se tinha utilizado 7.600 mil euros, e que por força da aprovação do plano e o prazo entre o envio das facturas e a aprovação e

rectificação do Tribunal de Contas, a Câmara Municipal foi liquidando com meios próprios facturações que tinham de trás e ao mesmo tempo aquilo que tinham na sua conta corrente. Quanto ao comentário do Senhor Prof. Daniel sobre se havia fundos disponíveis e se havia possibilidade de investimento só em 2013, era porque o encontro de valores tinha sido verificado no final de 2012 e só depois de fazerem uma avaliação dos resultados que tinham alcançado é que poderiam fazer e concretizar investimento. Que gostava de fazer muito mais, mas por força do atraso e da indefinição daquilo que era o apoio dos Fundos Comunitários tinham tido um compasso de espera para verificarem se haveria ou não condições de lançar alguns investimentos que tinham no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio. Que todos sabiam que havia atrasos nesta matéria, não havia decisões e havia investimentos que considerava fundamentais. Que tinham um conjunto vasto de investimentos para concretizar na zona da Vila, como era o caso do Mercado Municipal, alguns arruamentos, e da Quinta do Pinheiro. Que também pela força da política que tinham vindo a seguir, iriam ter preços mais convidativos na execução daquelas obras. Lembrou também que no final do ano tinham lançado um conjunto de investimentos distribuídos pelo Concelho de obras de proximidade de quase 700 mil euros e que já estavam em curso. Que havia claramente uma programação e planeamento por forma a concretizarem investimentos prioritários e reclamados por todos. Que já tinha referido que tinha sido a decisão mais acertada no mandato, porque não havia outra solução, e que estava satisfeito com o caminho que estava a ser desenvolvido, mas ainda havia um grande percurso para fazerem porque havia ainda uma dívida muito elevada, e que ia continuar a exigir de todos um esforço muito grande, compreensão e esclarecimento junto das pessoas. Que se orgulhava porque a Câmara Municipal era credível porque cumpria os seus prazos de pagamento com os seus fornecedores. Quanto à intervenção do Dr. Rocha Pereira, referiu que a dinâmica sempre tinha existido, senão não teria feito tantos projectos como fizeram. Alguns já estavam prontos, já iam ser lançados a concurso e já estávamos programados, atendendo à política de programação e planeamento e ao mesmo tempo as oportunidades que possam aparecer no futuro. Que já

tinha divulgado alguns projectos nas redes sociais, alguns eram reais e iriam ser concretizados, outros seriam num futuro próximo. Lembrou que um deles era a requalificação do Choupal em Pedorido, era uma zona que tinha uma grande afluência de pessoas no verão, o que justificava uma intervenção. Que ainda não tinha acontecido no Cais do Castelo por todas as razões que todos conheciam, mas que tinham debatido sistematicamente para que se resolvesse rapidamente aquela situação por forma a que tivessem um investimento que era crucial e fundamental para a região. Quanto à questão que tinha sido levantada na reunião de Câmara Municipal sobre os acordos de regularização de dívida, deu nota que tinham sido realizados acordos de regularização de dívida com empreiteiros. Que no decurso da sua intervenção do relatório do Plano de Saneamento Financeiro tinha dito que não podiam ter juros a duplicar ou a triplicar relativamente ao valor da dívida de capital. Que tinha sido desafiado pelo Senhor Vereador da oposição Rui César para apresentar os documentos em causa para sustentar o que estava a referir. Que lhe tinha mostrado os documentos que confirmavam os acordos de regularização de dívidas entre a Câmara Municipal e os empreiteiros, e num dos acordos constava que a Câmara Municipal aceitava e reconhecia integralmente a dívida à empresa no valor de 619.426,90€, sendo 237.218,96€ referentes a capital, e de juros de mora vencidos o valor de 382.207,94€, e ainda outro acordo no valor de 347.445,55€, sendo o valor de capital de 60.017,75€ e em juros de mora o valor de 287.427,80€. Que só estes exemplos davam para ver a diferença brutal entre a dívida de capital e os juros de mora. Que ainda deveriam considerar que depois iriam remeter para o empréstimo e ainda teriam de pagar juros sobre o empréstimo subjacente àquele valor. Quanto à questão da dívida da Junta de Freguesia de Paraíso, o Município tinha acertado um acordo junto do Tribunal de Penafiel de cumprimento das suas obrigações, porque quem estava em causa era a Junta de Freguesia que teria de assumir junto do empreiteiro o pagamento da dívida. Mas o certo era que a empresa tinha ficado de aceitar aquele acordo o que não se veio a verificar, e que sem a aceitação do referido acordo não poderiam efectuar o pagamento da dívida. Quanto ao processo da Firma Acácio da Caridade o processo continuava a decorrer os seus trâmites

em termos de justiça. Quanto à questão do pagamento e da amortização tinham-no feito com recursos próprios da Câmara Municipal, em mais de 600 mil euros que no final do ano passado tinham efectivado o pagamento, e paralelamente a isto reduziram a dívida nos valores que já tinha referido.***

____ Usou da palavra o Dr. Fonseca Ribeiro para referir que tinham posto em causa se o Plano de Saneamento Financeiro estava bem feito ou não. Esclareceu que poderia verificar que o passivo previsto de curto prazo era de 551.000,00€, e o passivo que se tinha realizado em 2011 era de 2.376.000,00€, ou seja não se tinha pago a dívida de curto prazo, não se tinha utilizado o dinheiro, porque se o tivessem feito, pagariam tudo e o prazo médio de pagamento ficaria a 30 dias.***

____ Ausentou-se da sala o Membro Drª. Fátima Strecht.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para referir que se a Assembleia Municipal estava convocada para apreciar o Relatório, pôs a questão de poder ou não haver uma deliberação do apreço ou da falta deste. Que se os resultados fossem maus, provavelmente poderia aparecer alguma moção ou proposta de deliberação na Assembleia Municipal no sentido da reprovação da recriminação dos resultados. Referiu que felizmente assim não tinha acontecido e nada impedia que a Assembleia Municipal, cumprindo a sua função de representação e de crítica ou de aplauso, manifestasse o seu apreço. Propunha que se registasse explicitamente o apreço da Assembleia Municipal. Que o seu apreço e o da sua bancada, ficava expresso, felicitavam os resultados alcançados pelo Plano de Saneamento Financeiro, assim como os técnicos que o elaboraram, que o acompanharam e os que estavam ao serviço da Câmara Municipal. Que ficava bem à Assembleia Municipal, quando fosse caso disso, felicitar a competência e os seus resultados. Referiu que dava louvores a todos os técnicos que estavam envolvidos na aplicação criteriosa e rigorosa para a obtenção dos resultados que tinham sido expostos. Que obviamente este reconhecimento positivo e louvor também tinha de ser reconhecido à Câmara Municipal.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que quanto à questão da regularização da dívida havia uma explicação para o que tinha sido feito, e que as pessoas que estavam e estiveram na

Assembleia Municipal e na Câmara Municipal eram todas sérias. Quanto ao apreço e ao relatório, referiu que se limitaram humildemente a cumprir com as obrigações legais. Porque a posição política da bancada do PSD em relação ao Plano de Saneamento Financeiro tinha sido devidamente plasmada aquando da respectiva discussão e que não ia embarcar em qualquer votação transvertida ou encapotada no que quer que fosse. Que era com apreço que vinha à Assembleia Municipal, mas o apreço da bancada do PSD tinha obviamente os limites da lealdade democrática.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bairros, para referir que não era técnico de contas, mas depois de ouvir os esclarecimentos feitos pelo técnico que esteve presente, achava que todos compreendiam que a Câmara Municipal estava de parabéns, porque tinha conseguido um equilíbrio das contas. Quanto à questão de ter alcançado alguma disponibilidade financeira, questionou, qual seria o executivo que chegasse ao ano de eleições com alguma disponibilidade financeira e não a investisse? Que se conseguissem, depois do esforço, fazerem investimento, deveriam fazê-lo. Aproveitou para agradecer a pavimentação que tinham feito na Freguesia de Bairros.***

____ A Assembleia Municipal apreciou os Relatórios semestral e anual do Plano de Saneamento Financeiro. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa, agradeceu a presença do Dr. Fonseca Ribeiro.***

____ 4. AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO DA CÂMARA NA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. CONHECIMENTO.***

____ Presente uma informação e seu anexo dos serviços da Câmara, que se dá aqui como integralmente reproduzida ficando a mesma arquivada na pasta anexa a esta acta.***

____ A Assembleia Municipal tomou conhecimento.***

____ 5. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – JUNTA DE FREGUESIA DE RAIVA. ADENDA AO PROTOCOLO INCIAL. APROVAÇÃO.***

____ Presente uma informação dos serviços que davam nota da

elaboração da adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia da Raiva, de forma a contemplar as três salas que não foram previstas inicialmente.***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que o que estava em causa era que quando foi aprovado o Plano e Orçamento não estavam contempladas todas as salas na Freguesia de Raiva. Depois de uma comunicação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, contemplou-se três salas de aulas que inicialmente não estavam previstas no orçamento.***

_____ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adenda ao Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Raiva.***

6. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – CONHECIMENTO.***

_____ Presente uma informação e seu anexo dos serviços da Câmara, que se dá aqui como integralmente reproduzida ficando a mesma arquivada na pasta anexa a esta acta.***

_____ A Assembleia Municipal tomou conhecimento.***

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.***

_____ Interveio o Dr. Pedro Maldonado para referir que estava preocupado por causa da notícia da Revista Proteste em relação à qualidade da água no Concelho. Que gostava que lhe explicassem, porque a água do Concelho era apresentada e classificada como pouco segura, e gostava que a Câmara Municipal indagasse e visse o que se passava, porque achava que Castelo de Paiva sempre tinha tido uma das melhores águas do País. Que a apreciação global da DECO tinha um sinal de menos, mas depois era curioso porque os indicadores eram todos positivos à excepção de um que tinha a ver com os índices de ferro. Que achava que não estava em causa a saúde pública, a água era boa, mas era urgente verem o que se passava.***

_____ Interveio o Sr. José Nunes residente em Gração para referir que, após o que tinha ouvido na Assembleia Municipal, tinha medo que a Rádio Paivense publicasse o que se tinha passado durante aquela sessão. Porque com a nova tecnologia eram capazes de terem ouvido, e tinha

medo que viessem buscar o Executivo da Câmara Municipal para governar o País. Que tinha ouvido na reunião de Câmara Municipal, um futuro candidato do PSD às eleições, e quando o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe solicitou o sentido de voto, aquele Vereador respondeu-lhe que para ser correcto teria de votar contra. Que um director de um banco tinha votado contra dizendo que eram engenharias financeiras. Questionou, se era verdade ou não, que estavam obrigados a amortizar 750mil euros? Quanto foi amortizado, 600 mil euros? Que se todos os anos fossem adiando o que estavam obrigados a pagar, em vez de demorarem 12 anos, iam demorar muitos mais anos. Referiu que tinha começado a luta pelo Poder Local para mais 4 anos. Que novas promessas se iriam fazer, renovar, dar explicações, porque não tinham sido cumpridas as promessas anteriores. Que era certo que iriam estar nas próximas eleições candidatos que nas anteriores eleições tinham sido eleitos pelo povo da sua Freguesia ou Concelho. Que tinham dado provas da falta de capacidade, de dinamismo e dedicação pelo desenvolvimento da sua região, pois faltaram constantemente a reuniões ou assembleias para que tinham sido convocados, tinham até perdido os seus mandatos por falta de comparência só porque o seu partido não tinha sido o vencedor. Que era fundamental que as pessoas que iam dar o consentimento para que os seus nomes fizessem parte das próximas listas eleitorais, fossem conscientes e íntegros, porque mesmo que perdessem ficavam com grandes responsabilidades para com o povo que neles tinham confiado, e assim confirmavam que tinham aceitado ser candidatos, não por vaidade mas sim pelo progresso do seu concelho ou freguesia e pelo bem estar das populações. Que a oposição sendo forte, honesta e responsável, era tão importante como aqueles que estavam no poder. Que a crítica era sempre frutuosa porque não havia crítica destruidora. Que os que estavam no poder pensavam que os que estavam contra, faziam sempre crítica destruidora. Que os comentários da oposição eram sempre saudáveis, porque alertavam os que estavam no poder a pensar que havia outros cérebros na retaguarda a analisarem o seu trabalho, organização, dinamismo e honestidade. Aos senhores candidatos às próximas eleições autárquicas de Castelo de Paiva, que tivessem simplesmente no pensamento o desenvolvimento do concelho

ou freguesia, para que os descendentes tivessem orgulho pelos autarcas que passassem na Câmara ou Junta de Freguesia. Que estavam a desfrutar o que os antecessores tinham deixado e que actualmente tinham de pensar o que deveriam deixar para os vindouros.***

____ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas dezanove horas e cinquenta e cinco minutos, dela se lavrando a presente acta que foi aprovada em minuta, por unanimidade nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos. ***